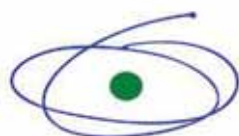




- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**Laura Maria do Rego**

**FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE  
EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: UM ESTUDO A PARTIR DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA DO BRASIL**



C A P E S

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Marília/SP  
2015

Laura Maria do Rego

**FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE  
EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: UM ESTUDO A PARTIR DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**Área de Concentração:** Informação, Tecnologia e Conhecimento.

**Linha de Pesquisa:** Produção e Organização da Informação.

**Orientador:** José Augusto Chaves Guimarães.

**Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

**Marília/SP  
2015**

R343f Rego, Laura Maria do.  
Formação acadêmica e produção científica docente em descrição  
arquivística : um estudo a partir dos cursos de graduação em  
arquivologia do Brasil / Laura Maria do Rego. – Marília, 2015.  
94 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães.  
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –  
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências,  
2015.

Bibliografia: f. 69-82

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Professores  
universitários – Formação – Pesquisa. 3. Produção científica. 4.  
Descrição Arquivística.

CDD 025.17107

Laura Maria do Rego

**FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE  
EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: UM ESTUDO A PARTIR DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

*Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães* (Orientador)

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília/SP.

---

*Profa. Dra. Natália Bolfarini Tognoli*

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Marília/SP.

---

*Profa. Dra. Wilmara Rodrigues Calderon*

Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes -  
Londrina/ PR

*Aos meus pais e irmãos, por acreditarem em mim  
e me incentivarem a nunca desistir dos meus objetivos.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu *DEUS*, a quem devo todo o meu agradecimento.

Ao meu orientador *Prof. Dr. José Augusto*, pela orientação recebida neste terceiro trabalho, por todo o companheirismo, pelas palavras de incentivo e por acreditar, mais uma vez, na minha capacidade.

Aos meus pais *Waldemir e Neuza*, os maiores exemplos da minha vida, razão pela qual acredito que objetivos podem ser alcançados. Vocês são tudo para mim e eu os amo demais.

Aos meus irmãos *Valdeir e Samuel*, meus melhores amigos, que me dão a certeza de que nunca estarei sozinha, as suas esposas, minhas cunhadas e amigas *Marly e Francielli*, e aos meus sobrinhos *Aline, André, Emanuelle, Thiago e Miguel*, pessoas que fazem parte da minha vida e que eu amo muito.

Aos amigos de sempre: *Bel Cardoso, Daiane Cristina, Denise Costa, Elina Cristina, Jessica Cancian, Julia Mayumi, Liah Conrado, Maria Neuza, Merley Conrado, Nayara Cardoso, Roney*, por acreditarem em mim e estarem sempre ao meu lado. Alguns de vocês estão impossibilitados pela distância de dar o abraço carinhoso e o beijo sincero, mas amigos de verdade sabem estar juntos, ainda que fisicamente distantes.

Aos amigos do Grupo FAPOI, que considero uma família acadêmica: *Andrieli, Amanda, Daniela Fernanda, Gilberto, Isadora, João Carlos, Lilian, Luciana, Pedro Henrique e Rafael*, pelo carinho de sempre, pelas risadas intermináveis, que são como um calmante para os dias mais corridos. Vocês sempre serão especiais e inesquecíveis.

Aqueles que me incentivaram a seguir o caminho acadêmico e estiveram ao meu lado durante cada etapa do processo seletivo: *Suellen Martins, Isabela de Moraes, Gisnai Carlos, Daniel Fontenelle, Thiago Santana, Gabriela Santos, Jéssica Lopes e Máira Fernandes*. Independente dos caminhos em que a vida nos colocou, não posso esquecer o companheirismo, apoio e a vibração de vocês com o resultado positivo. Muito obrigada, que Deus ilumine o caminho de vocês.

A todos os *Professores*, pelo conhecimento compartilhado, e em especial ao *Prof. Daniel Martinez Ávila*, pela ajuda nas traduções, pelas palavras de apoio e, acima de tudo, pela sua amizade sincera.

Aos membros da Banca Examinadora, *Profa Wilmara Calderon e Profa Natália Tognoli*, pela dedicação na leitura do meu trabalho e pelas sugestões valiosas, que contribuíram muito para enriquecer este trabalho.

A todos os professores e coordenadores de cursos das instituições estudadas, que tão prontamente responderam aos meus e-mails, me fornecendo os dados necessários para que esta pesquisa pudesse ser desenvolvida. Muito obrigada pela disponibilidade, atenção e paciência nas respostas às questões enviadas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante o desenvolvimento da pesquisa.

*“Porque todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus”.*  
*(Romanos 8:28)*

*“As coisas que são impossíveis aos homens, são possíveis a Deus”.*  
*(Lucas 18,27).*

*“Tudo posso, Naquele que me fortalece”.*  
*(Filipenses 4.13).*

*“Jamais considere seus estudos como uma obrigação, mas como uma oportunidade invejável para aprender a conhecer a influência libertadora da beleza do reino do espírito, para seu próprio prazer pessoal e para proveito da comunidade à qual seu futuro trabalho pertencer”*

**- Albert Einstein -**



REGO, Laura Maria. **Formação acadêmica e produção científica docente em descrição arquivística**: um estudo a partir dos cursos de graduação em arquivologia do Brasil. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2015.

## RESUMO

Embora a capacitação profissional em Arquivologia, no Brasil, remonte a 1911, com o decreto de regulamentação do Arquivo Nacional, apenas em 1977 foram implantados, no país, os primeiros cursos universitários de Arquivologia, contando com docentes de diversificadas áreas. No entanto, nos últimos 20 anos, com a expansão dos cursos de graduação em Arquivologia, no Brasil, as universidades passaram a requerer profissionais com formação específica e experiência na área, aspecto levado em conta na atribuição de disciplinas aos docentes. À vista de tal cenário, questiona-se até que ponto a especificidade temática da formação do docente em áreas específicas da Arquivologia se encontra relacionada à produção científica. Assim, e tendo como foco a área de descrição arquivística, realizou-se um estudo dos currículos Lattes dos docentes responsáveis por disciplinas na referida área, em cursos de Arquivologia, no Brasil, buscando: identificar e analisar sua formação e produção científica; identificar tendências e linhas teóricas na área; compreender até que ponto a especificidade temática da formação do docente está relacionada com a sua produção científica; averiguar o grau de articulação entre formação acadêmica e produção científica docente tendo por base estudos anteriores de Guimarães (2003), no campo da Biblioteconomia. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório documental, por meio de revisão teórica sobre as correntes da descrição arquivística e análise das estruturas curriculares dos cursos, identificando as disciplinas que se relacionam com essa temática, bem como o corpo docente que trabalha com a mesma. Com base nesse levantamento, foi possível chegar a um conjunto de vinte três disciplinas, ministradas por um conjunto de dezoito docentes. Relativamente à formação docente em nível de graduação, identificou-se a predominância (60%) do curso de Arquivologia, ao que se alia, em menor incidência, o curso de História. No âmbito de mestrado, a predominância (56%) recai sobre a área de Ciência da Informação; no âmbito do doutorado (em que apenas 44% dos docentes estudados possuem formação concluída nesse nível), observou-se que 25% dos doutorados concluídos se formam em Ciência da Informação e 25%, em História. Na análise dos autores citados nos planos de ensino das disciplinas que tratam da temática descrição arquivística, observou-se que dezesseis autores se destacaram nos planos de ensino, apresentando até cinco citações, sendo a maioria do Brasil, totalizando nove autores. Na análise da produção científica desses docentes, registraram-se a doze autores que receberam quatro ou mais citações cada. Nesse contexto, verificou-se que cinco autores se revelaram efetivos referentes teóricos, tendo em vista que os mesmos fornecem subsídios ao ensino em Arquivologia e à pesquisa na área, nomeadamente: Terry Cook, Heloísa Bellotto, Antonia Heredia, Renato Barbosa de Sousa e Michel Duchein, revelando um equilíbrio de influências teóricas, sendo representativos de diferentes correntes teóricas.

**Palavras-chave:** Cursos de Arquivologia. Formação docente. Produção científica. Arquivística Brasileira. Descrição Arquivística.

REGO, Laura Maria. **Education and scientific publications of instructors on archival description**: a study from the undergraduate courses in archival science in Brazil. Marília: 2015.100f. Dissertation (Master) – Graduate Program in Information Science, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2015.

## ABSTRACT

Although professional training in Archival Science in Brazil dates back to 1911, with the regulatory decree of the National Archive, in 1977 the first university courses on Archival Sciences were implemented in the country, including instructors with diverse backgrounds. However, in the last twenty years, with the expansion of undergraduate courses on Archival Science in Brazil, universities started to require professionals with specific education and experience in the field, something that was taking into account in the allocation of subjects to instructors. In this scenario, the research question is to what extent the subject specificity in the Archival Science instructors' education is related to scientific production. Thus, focusing on the area of archival description, we studied the Lattes curricula of instructors responsible for courses in Archival Science in Brazil, seeking to identify and analyze their education and the scientific production of these instructors, identifying trends and theoretical lines in the area in order to understand to what extent the subject specificity of the instructor's education is related to his/her scientific production. The goal to identify the degree of correspondence between academic education and scientific production based on previous studies of Guimarães (2003) in the field of Library Science. Therefore, we performed a documental exploratory study, through the theoretical review of the trends in archival description, and the analysis of the syllabi of the courses, identifying disciplines that relate to this subject and to the body of instructors. Based on this review, it was possible to reach a set of twenty-three courses, taught by eighteen instructors. Regarding the instructors' education at the undergraduate level, we identified the prevalence (60%) of Archival Science, together with, in lesser incidence, History. At master level, the prevalence (56%) is Information Science, while in doctorate (where only 44% of the studied instructors have completed education on the area at this level), it was observed that 25% of doctorates graduated in Information Science and 25% in History. In the analysis of the cited authors in the syllabi of the courses that deal with archival description, we observed that sixteen authors stood out in the syllabus, presenting up to five citations, where nine of them are from Brazil. In the analysis of the scientific production of these instructors, we found that twelve authors received four or more citations each. In this context, it was possible to verify that five authors have proved effective theoretical influences, in both teaching and research: Terry Cook, Heloisa Bellotto, Antonia Heredia, Renato Barbosa de Sousa and Michel Duchein, revealing a balance of theoretical influences representing different theoretical perspectives

**Keywords:** Courses on Archival Science. Instructor's educational background. Scientific publications. Brazilian Archival Science. Archival description.

REGO, Laura Maria do. **Formación académica y producción científica docente en descripción archivística**: un estudio de los cursos de graduación en la archivística en Brasil. Marília: 2015. 100f. Dissertação (Maestría). Programa de Posgrado en Ciencias de la Documentación, Facultad de Filosofía y Ciencias, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2015.

## RESUMEN

Si bien la formación profesional en Archivística en Brasil se remonta a 1911, con el decreto reglamentario del Archivos Nacional, en 1977, se implantaron en el país los primeros cursos universitarios de Archivística, contando con docentes de áreas diversificadas. Sin embargo, en los últimos veinte años, con la expansión de los cursos de grado en Archivística en Brasil, las universidades comenzaron a requerir profesionales con formación específica y experiencia en el área, aspecto tenido en cuenta en la asignación de las disciplinas a los profesores. En este escenario, existe un cuestionamiento de hasta qué punto la especificidad temática de la formación del docentes en áreas de la Archivística está relacionada con la producción científica. Por lo tanto, centrándose en el área de descripción archivística, se realizó un estudio de los currículos Lattes de los docentes responsables de las disciplinas de Archivística de Brasil, buscando identificar y analizar la formación y producción científica de esos docentes. Se identificaron tendencias y líneas teóricas en el área con el objetivo de comprender hasta qué punto la especificidad temática de la formación del docente está relacionada con su producción científica, con el fin de determinar el grado de vinculación entre la producción científica y la formación académica con base a los estudios previos de Guimarães (2003) en el campo de la Biblioteconomía. Por lo tanto, se realizó un estudio exploratorio documental, por medio de una revisión teórica de las corrientes de descripción archivística y el análisis de las estructuras curriculares de los cursos, identificando las disciplinas que se relacionan con esta temática, así como el cuerpo docente que trabajan con la misma. Con base en esos datos colectados, fue posible llegar a un conjunto de veintitrés disciplinas impartidas por dieciocho docentes. En relación a la formación docente a nivel de grado, se identificó una predominancia (60%) del curso de Archivística, conjuntamente, en menor incidencia, al curso de Historia. A nivel de master, existe una predominancia (56%) en el área de la Ciencia de la Información, y, a nivel de doctorado (donde solo el 44% de los docentes estudiados poseen formación en el área concluida en este nivel), se observó que el 25% de los doctorados concluidos se graduó en Ciencias de la Información y el 25% en Historia. En el análisis de los autores citados en los programas de las disciplinas que tratan la temática descripción archivística, fue posible observar que dieciséis autores se destacan en los programas, presentando hasta cinco citas, siendo nueve autores de Brasil. En el análisis de la producción científica de estos docentes se llegó a doce autores que recibieron cuatro o más citas cada uno. En este contexto, fue posible verificar que cinco autores se revelan como referentes teóricos, beneficiando no solo la enseñanza en Archivística sino también la investigación en el área: Terry Cook, Heloisa Bellotto, Antonia Heredia, Renato Barbosa de Sousa y Michel Duchein, los cuales revelan un equilibrio de influencias teóricas siendo representativos de diferentes perspectivas.

**Palabras clave:** Cursos de Archivística. Formación docente. Producción científica. Archivística brasileña. Descripción archivística.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Distribuições das IES pelo Brasil.....	48
<b>Quadro 02</b> - Identificação das IES e data de início de funcionamento dos cursos.....	52
<b>Quadro 03</b> - Instituições de Ensino Superior, Cidades e Regiões.....	53
<b>Quadro 04</b> – Departamento a que as disciplinas se vinculam.....	53
<b>Quadro 05</b> – Disciplinas com temáticas relacionadas à descrição arquivística.....	55
<b>Quadro 06</b> - Ficha de coleta de dados dos docentes no Lattes.....	56
<b>Quadro 07</b> - Curso de formação em nível graduação dos docentes.....	57
<b>Quadro 08</b> - Curso de formação em nível mestrado dos docentes.....	58
<b>Quadro 09</b> - Curso de formação em nível doutorado dos docentes.....	58
<b>Quadro 10</b> – Produção dos docentes referentes as disciplinas que tratam a temática descrição.....	60
<b>Quadro 11</b> – Autores mais citados pelos docentes nas produções que tratam da temática descrição arquivística.....	63
<b>Quadro 12</b> - Autores mais citados pelos nos planos de ensino que tratam da temática descrição arquivística.....	64
<b>Quadro 13</b> - Autores mais citados nos planos de ensino que tratam da temática descrição arquivística.....	65

## LISTA DE FIGURAS

**Rede 1:** Autores mais citados pelos docentes nas produções que tratam da temática descrição arquivística.....62

**Rede 2:** Autores mais citados pelos docentes nos planos de ensino das disciplinas que tratam da temática descrição arquivística. ....63

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AN – Arquivo Nacional

CEBD-MC - Centro de Estudios Bibliográficos y Documentarios – Ministerio da Cultura

CDS - Comitê de Normas de Descrição

CI – Ciência da Informação

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CES – Câmara de Educação Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CPA – Curso Permanente de Arquivos

CEP – Conselho de Ensino e Pesquisa

CTNDA – Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística

FEFIRJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICA – International Council on Archives

IES – Instituições de Educação Superior

ISAAR (CPF) – International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies,  
Persons and Families

ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

MEC – Ministério da Educação

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

PUC – Pontifícia Universidade Católica

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais,

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization -

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USAL – Universidad de Salamanca

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2. DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA .....</b>	<b>21</b>
2.1 O surgimento dos Arquivos e o Princípio da Proveniência.....	21
2.2 Descrição arquivística: conceitos .....	30
2.3 Descrição arquivística: trajetória histórica e normalização.....	31
2.3.1 Normalização da Descrição Arquivística no Canadá .....	35
2.3.1.1 A Escola Francófona e a Arquivística integrada .....	37
2.3.1.2 A Escola Anglófona e a Arquivística pós-moderna .....	39
2.3.2 Normalização da Descrição Arquivística na Espanha.....	41
2.3.3 Normalização da Descrição Arquivística no Brasil.....	44
<b>3. A FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR E O ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL .....</b>	<b>44</b>
<b>4. DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS PERFIS DOCENTES .....</b>	<b>55</b>
4.1 Formação docente.....	57
4.2 Produção científica docente.....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>
<b>APENDICE A - REFERÊNCIAS DOS DOCENTES QUE APRESENTARAM PUBLICAÇÕES COM TEMÁTICA EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. ....</b>	<b>84</b>
<b>APENDICE B - REFERÊNCIAS DOS AUTORES CITADOS NOS PLANOS DE ENSINO.....</b>	<b>86</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, o homem tem demonstrado necessidade de registrar suas atividades ou acontecimentos cotidianos, a princípio por meio de sinais gráficos, que, com o tempo, foram variando em formas e suportes, até chegar ao que se conhece atualmente como era digital.

Neste contexto, Couture e Rousseau (1998, p.29) relacionam o nascimento dos arquivos com o aparecimento da escrita, o que, segundo eles, permitiu a produção de obras literárias, servindo também à administração. Para os referidos autores, a partir do momento em que o homem passa a se valer da escrita, torna-se possível acompanhar a evolução do suporte no qual a informação se encontra registrada, assim como o tipo de informação, métodos de tratamento e evolução das funções, que as pessoas envolvidas com a gestão dessa documentação realizavam. (COUTURE; ROUSSEAU 1998, p.29).

Sabe-se que a organização dessas informações é uma tarefa que deve ser desempenhada pelo arquivista enquanto profissional qualificado que desenvolve, em sua prática, procedimentos para organização da documentação existente nos arquivos, sendo possível destacar, dentre essas atividades, a descrição arquivística, considerada uma das atividades nucleares, tendo como intuito representar e dar acesso às informações contidas em um fundo.

Porém, para que essa prática profissional seja exercida de forma sistemática, consistente e metodologicamente defensável, é necessário que a formação educacional do arquivista garanta ao discente elementos suficientes para que possa tratar os documentos arquivísticos de maneira que os mesmos estejam acessíveis aos interessados em suas informações, respeitando sempre todos os princípios da arquivística e fornecendo a esses profissionais conhecimentos necessários sobre sua conduta ética como profissional.

No Brasil, a preocupação com a criação de cursos com intuito de capacitar profissionais para o tratamento especializado de documentos começou a surgir em 1911, o que pode ser observado com a aprovação da regulamentação do Arquivo Nacional (AN), instituído pelo Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911 (MARQUES; RODRIGUES, 2008).

Entretanto, os primeiros cursos acadêmicos em Arquivologia começaram a ser implantados em 1977, uma vez que os arquivistas se profissionalizavam por meio de cursos oferecidos em programas de Biblioteconomia e pelo Curso Permanente de Arquivos (CPA)

oferecido no AN, com intuito de atender às necessidades da própria instituição e instituídos na lei de regulamentação já citada (MARQUES, 2007).

No decorrer dos anos, foram sendo criados, no país, outros cursos de graduação em Arquivologia, contando com docentes advindos de outras áreas, como História e Biblioteconomia, e que possuíam, em alguns casos, cursos técnicos de formação em arquivos.

Tal realidade começa efetivamente a mudar a partir da expansão dos cursos de graduação em Arquivologia, notadamente nos últimos 20 anos, quando as universidades passaram a requerer profissionais com formação específica e experiência em Arquivologia, ora com graduação, ora com pós-graduação na área.

Essa mudança ocorre também a partir da inserção desses profissionais na pós-graduação, quando se observa uma maior preocupação em se pensar a área, extrapolando os limites da prática arquivística e, conseqüentemente, um aumento na produção científica da área.

Porém a estrutura dos cursos de Arquivologia nem sempre leva em consideração a especificidade da formação acadêmica para realizar a atribuição de disciplinas entre os docentes. Isso leva a situações de duplicidade ou de pulverização da produção científica, que se situa entre a sua formação em uma especificidade temática, e que muitas vezes não estabelece um diálogo entre ambas.

Observa-se, portanto, que não há, ainda, um estudo que verifique a relação da formação do docente com a produção científica especificamente nas disciplinas que tratam a temática descrição, considerada uma das disciplinas nucleares dos cursos de Arquivologia, no Brasil. Dessa forma, fica o problema: até que ponto a especificidade temática da formação do docente está relacionada com sua produção científica?

Com base no exposto, a presente pesquisa propõe-se a realizar um estudo da produção dos docentes das disciplinas que tratam a temática descrição arquivística nos cursos de graduação em Arquivologia, no Brasil, a fim de averiguar em que medida sua formação acadêmica está em consonância com a sua produção científica.

Sendo assim, tem-se, como objetivo geral, discutir a articulação entre a formação acadêmica e a produção científica dos docentes do curso de Arquivologia, no Brasil, especificamente daqueles relacionados à temática descrição, a exemplo de estudos anteriores liderados por Guimarães (2003), na área de Biblioteconomia (GUIMARÃES, DANUELO, MENEZES, 2003).

Nesse contexto, emergem os seguintes objetivos específicos: (a) identificar e analisar a produção científica dos docentes que ministram disciplinas com temáticas relacionadas às

atividades de descrição; (b) identificar os autores mais citados pelos docentes na temática descrição, a fim de registrar as tendências e linhas teóricas na formação e produção científica da área; (c) identificar e analisar a formação dos docentes do curso de Arquivologia, no Brasil, especificamente aqueles que ministram as disciplinas relacionadas à temática descrição.

Para a execução dos objetivos apresentados, realizou-se um estudo exploratório, teórico e documental, no qual a parte teórica da pesquisa foi desenvolvida por meio de revisões de literatura sobre a temática descrição arquivística, contextualizando, de forma concisa, o surgimento dos arquivos e o princípio da proveniência, perpassando pela trajetória histórica e a normalização da descrição arquivística, destacando três correntes teóricas: Canadá, Espanha e Brasil.

Vale ressaltar que a escolha de Espanha e Canadá como elementos de comparação com o Brasil devem-se ao fato de terem sido esses dois países aqueles que maior influência teórica e metodológica exerceram na arquivística brasileira: o primeiro, notadamente a partir das importantes interlocuções de autores – como Vicenta Cortés Alonso, Antonia Heredia Herrera e outros – com o grupo paulista, liderado por pesquisadoras como Heloísa Bellotto e Anna Maria Camargo, desde os anos de 1980; e o segundo, a partir das interlocuções teóricas entre autores – como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau – com o grupo carioca, Luiz Carlos Lopes, José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca, assim como entre Luciana Duranti e Rosaly Rondinelli Cury, em especial a partir de meados dos anos de 1990.

Na parte prática, foram identificadas, por meio do site do e-MEC, as instituições brasileiras que forneciam o curso de Arquivologia. Com base nesse levantamento, foi feita uma análise das estruturas curriculares disponibilizadas nos sites das universidades, com intuito de identificar as disciplinas que tratam a temática descrição arquivística e os docentes que as ministram.

Porém nem todas as instituições forneciam, em sua grade curricular *on line*, o nome dos docentes responsáveis pelas disciplinas que tratam a temática citada. Sendo assim, foi necessário entrar em contato com os departamentos e coordenadores dos cursos das instituições via e-mail, solicitando o nome e e-mail desses docentes.

Vale constar que alguns cursos ofereciam mais de uma disciplina que tratava da temática Descrição Arquivística, o que totalizou *vinte três disciplinas*; porém, em algumas instituições, o mesmo docente é responsável por mais de uma disciplina, e identificaram-se *dezoito docentes* que ministram disciplinas com a temática estudada.

A partir daí, foi feita uma análise da formação e da produção científica desses docentes, por meio do currículo Lattes, que constituiu um efetivo aliado nesta pesquisa, pois fornece elementos para realização dos objetivos específicos da mesma.

Esta pesquisa torna-se justificável por fornecer subsídios para um estudo da formação dos docentes dos cursos de Arquivologia, no Brasil, como também por contribuir para o reconhecimento de tendências e linhas teóricas de formação e produção científica na área, especificamente na temática descrição, sendo um dos processos nucleares na organização do conhecimento arquivístico.

Ressalta-se, ainda, o fato de o presente estudo inserir-se plenamente no contexto e na tradição de pesquisa da linha Produção e Organização da Informação do programa de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, em Ciência da Informação, que tem abordado a teoria e prática arquivística no âmbito teórico-metodológico da Organização da Informação, como demonstram estudos de Tognoli (2010), Barros (2010), Calderón (2011), entre outros. Nesse âmbito, lida mais especificamente com um processo de representação de uma informação orgânica registrada: a descrição arquivística.

Assim, esta dissertação apresenta-se em quatro capítulos teóricos a partir da introdução. No segundo capítulo, tendo como foco a descrição arquivística, foi realizado um resgate teórico sobre a descrição, apresentando algumas considerações sobre o surgimento dos arquivos e do princípio da proveniência, perpassando os conceitos de descrição arquivística apresentados por alguns autores relevantes da área, assim como um histórico da trajetória à normalização da mesma, para que ficasse claro o papel dessa disciplina dentro das instituições de ensino de Arquivística, no país.

No terceiro capítulo, apresentam-se algumas considerações sobre a formação em nível superior, como também alguns pontos sobre a trajetória do ensino em Arquivologia, no Brasil, que teve início com a lei de regulamentação do Arquivo Nacional, em 1911, e a instituição de cursos profissionalizantes, até os mais recentes cursos oferecidos hoje nas universidades do País.

O quarto capítulo apresenta um estudo da formação docente, a partir do currículo Lattes dos docentes, em que se identificaram aqueles que possuem graduação e pós-graduação *strictu sensu*, contando com a análise da produção científica relacionada às temáticas referentes às atividades de descrição, a identificação dos autores mais citados pelos mesmos na temática descrição, as tendências e linhas teóricas na formação e produção científica da área e a análise e discussão dos dados levantados.

## 2. DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística é considerada uma das principais atividades na organização dos arquivos, tanto que uma disciplina que trate dessa temática se tornou indispensável nas grades curriculares dos cursos de Arquivologia, no Brasil.

Observa-se que nem sempre, na estrutura dos cursos, se atenta para a especificidade da formação acadêmica no momento da atribuição de disciplinas entre os docentes, o que gerou a indagação desta pesquisa: até que ponto a especificidade temática da formação do docente está relacionada com a prática pedagógica e produção científica?

Ressalta-se que a prática é reconhecida como um dado, ou seja, é relativa ao fato de o docente ministrar disciplinas que apresentam informações sobre a descrição arquivística, sendo que o foco se estabeleceu na formação e produção dos docentes.

Porém, para que este estudo se torne coerente com os objetivos propostos, faz-se necessário apresentar algumas concepções sobre a descrição arquivística, permeando alguns conceitos e trajetórias que facilitarão a compreensão na apresentação dos dados.

### 2.1 O surgimento dos Arquivos e o Princípio da Proveniência

Como dito anteriormente, as acumulações ocorridas por meio de registros feitos pelo homem, no qual relacionava suas atividades e acontecimentos da vida cotidiana, culminaram no que hoje se conhece como Arquivos. Em alguns casos, esses arquivos eram grandes depósitos de massa acumulada de documentos, onde se depositava todo tipo de documentação sem os critérios necessários para recuperação das informações neles disponibilizadas.

Alguns autores relatam que o primeiro arquivo do mundo foi institucionalizado na Grécia, cerca de 460 a.C., onde os arquivos se encontravam nas dependências dos palácios, templos e do Senado, para assim ficarem próximos das classes dominantes. Esses arquivos eram apelidados, por alguns, como *arquivos de palácios* ou *arquivos de placas de argila*, e foram de suma importância, pois constituíam um complexo de informação com estruturas organizadas e funcionais. Foi em Atenas que o termo *Archeion* se utilizou pela primeira vez, significando “lugares onde se redigem e conservam os documentos expedidos pelo governo”. Posteriormente, esse conceito foi repassado para o mundo romano, surgindo o termo *Archivium*. (REIS, 2006).

Esses arquivos detinham o poder de estabelecer autenticidade aos documentos ali depositados, sendo que essa documentação nascia com o intuito de servir a administração pública, comprovando o direito e dever de cada cidadão que fazia parte daquele contexto.

Rodrigues (2006, p.104) destaca que as conceituações sobre arquivos foram sendo modificadas com o passar do tempo e com as mudanças políticas e culturais que as civilizações ocidentais vivenciaram. A autora relata que “[...] os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz, e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem”. Essas mudanças podem ser observadas nas variações de suporte, em que as informações são armazenadas nos meios de produção. No armazenamento, onde antes se trabalhava apenas com informações em formato impresso, hoje são encontradas informações disponíveis em meio virtual e muito mais acessível aos usuários.

Ao abordar o conceito de Arquivo, observa-se que ele pode ser compreendido de quatro maneiras distintas, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: a primeira refere-se ao arquivo como um “[...] conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade no exercício de suas atividades”; a segunda considera o arquivo uma “[...] instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso”; a terceira relaciona-o às “[...] instalações onde funcionam arquivos”; e a quarta refere-se ao arquivo como “o móvel destinado à guarda de documentos” (BRASIL, ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Os arquivos têm como finalidade servir de base no gerenciamento operacional das instituições, tendo em vista que, ao disponibilizar as informações contidas nessa documentação de forma precisa e segura, estará proporcionando “continuidade necessária para comunicação destes processos”, pois, “[...] sem arquivos, nem as ações e transações que formam os processos e nem os processos de trabalho, eles mesmos, poderiam ser vinculadas uns aos outros” (THOMASSEM, 2006, p.7).

Cada documentação é preservada por um motivo específico, o que dá aos arquivos características individuais, tendo em vista que os documentos são produzidos e arquivados com um fim, adquirindo, com o tempo, valores que talvez não mantenham mais relação com aqueles para os quais o documento foi criado e acumulado a princípio. Porém eles constituem a memória daqueles que os produziram, já que passaram a existir a partir do momento em que o seu produtor apresentou a necessidade de registrar por escrito suas relações sociais, representando, assim, a história de cada um (SCHELLENBERG, 2002, p.41; MENDO CARMONA, 1995, p.19).

Sobre documento arquivístico, é possível observar que ele tem sua criação contínua orgânica, única e seriada, e seu tempo de vida depende da coletividade na qual ele está inserido, já que essa ligação resulta do funcionamento de uma instituição ou de pessoa física, durante o exercício de suas atividades. Esse conjunto inseparável que os documentos formam é considerado como um fundo de arquivo, construído a partir do respeito ao princípio da proveniência ou princípio de respeito aos fundos (BELLOTTO, 1990), sobre os quais se tratará mais adiante.

Essa estrutura organizada é observada nos primeiros arquivos, que apresentavam estrutura orgânica coerente, correspondentes com as atividades e funções de seu órgão produtor, assim como regras de controle e matriz diplomática, com o intuito de garantir a autenticidade e identidade dessa documentação, estabelecendo seu valor como testemunho e instrumento da informação (RIBEIRO, 2011).

A evolução dos suportes e a evidente necessidade de se estabelecer um tratamento adequado, para que os documentos cumprissem a finalidade para a qual foram preservados, levou o homem a desenvolver estudos, que culminaram no estabelecimento de critérios para organização dessa massa documental e que é reconhecida, atualmente, como gestão de documentos.

Reconhecida pelo Dicionário de Terminologia Arquivística como um “[...] conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos”, a gestão de documentos é a forma segura de tratamento da produção, organização, conservação e eliminação dos documentos (BRASIL, ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100).

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que trata sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, refere-se à gestão de documentos.

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial, a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991).

Vale ressaltar que uma gestão feita de forma eficiente é aquela que respeita os princípios e técnicas arquivísticas, garantindo que os documentos recebam, de forma adequada, o tratamento que assegurará a recuperação e disseminação da informação pela instituição/pessoa física. Sendo assim, o arquivo, que anteriormente era reconhecido como um depósito de massa acumulada de documentos, começa, por meio da gestão documental, a

atender de forma mais eficiente às necessidades do produtor ou custodiador dessa documentação, como também de pesquisadores, que buscam nessas informações fundamentar os fatos ocorridos na história.

Calderón et al., (2004, p.100) destaca que ao se propor um trabalho de gestão documental, independente se em instituição pública ou privada, é necessário um estudo sobre a instituição, tendo em vista a diversidade de especiais documentais que poderão estar depositadas ali, ressaltando que “[...] sem o conhecimento histórico - sociológico das mesmas, torna-se difícil entender o ciclo da informação/documento”.

Para Smit (2013, p.12), a gestão de documentos arquivísticos está relacionada tanto com os documentos produzidos de forma “tradicional” quanto aos documentos produzidos em meio digital, ressaltando que “[...] deve-se levar em conta seu ciclo de vida e é implantada por meio de instrumentos de gestão”.

Pode-se, então, dizer, sob o olhar da gestão documental, que os arquivos resultam do processo de produção e recepção de documentos, que, por conseguinte, resultam do funcionamento das atividades realizadas dentro de uma instituição (RODRIGUES, 2006, p. 105).

Nesse sentido, as funções de um arquivo estão em reunir os documentos, conservá-los, ordená-los e descrevê-los, para que possam ser utilizados de maneira eficiente pelo produtor/usuário, ou seja, deixá-los em boas condições para que sirvam ao órgão gerador nos processos de administração e também a eventuais pesquisadores quando os mesmos estiverem a serviço da história (CRUZ MUNDET, 2001).

Ressalte-se que os arquivos resultam da acumulação dos documentos, que ocorre de forma orgânica e natural, durante o desenvolvimento das atividades distintas de uma entidade ou pessoa, independentemente da natureza ou suporte ao qual essa documentação se apresente, mas se caracterizam por sua unicidade e por sua proveniência (TESSITORE, 2000).

Vale constar que essas acumulações são prova da existência e do andamento da entidade como um todo, tendo em vista que os documentos não têm sentido fora do contexto de produção, ou seja, isoladamente, aponta Bellotto (2000, p.3). A autora também apresenta princípios fundamentais da arquivística, que evidenciam as peculiaridades dos documentos de arquivos, sendo eles:

- 1) *o da proveniência*. “princípio, segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”;
- 2) *o da unicidade*, ligado à qualidade “pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem”,



3) *o da organicidade*, sua condição existencial. “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas”;

4) *o da indivisibilidade*, sua especificidade de atuação. Fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado. Também conhecido como “integridade arquivística, é característica que deriva do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido” (CAMARGO & BELLOTTO, 1996, apud BELLOTTO, 2000, p.3)

Alguns autores equiparam os arquivos aos seres humanos, estabelecendo aos mesmos um ciclo de vida, representado por meio das três idades<sup>1</sup>: a primeira é a idade corrente, que mantém relação com o nascimento do documento; a segunda é a intermediária, relativa à sua juventude; e a terceira idade é a permanente, no qual o documento é destinado para o seu local final (MENDO CARMONA, 2004, p. 39).

Sobre essas idades ou fases dos documentos, Machado e Camargo (1999, p.21) destacam que na fase corrente (ou primeira idade) os documentos estão ligados às atividades que lhe deram origem, devendo se manter próximos ao seu órgão produtor, devido à frequente utilização dos mesmos. Em alguns casos, são responsáveis pelas atividades-fim ou pelas atividades-meio da instituição.

A fase intermediária (ou segunda idade), por sua vez, relaciona-se ao período em que os documentos, após serem avaliados pelo seu órgão produtor, ficam armazenados temporariamente nos arquivos, aguardando o cumprimento dos prazos para sua eliminação ou encaminhamento para a guarda permanente. Por fim, a fase permanente (ou terceira idade), na qual se estabelece o caráter histórico do documento, apresentando as informações consideradas de grande relevância para o órgão de origem e para a comunidade (MACHADO; CAMARGO, 1999).

Ao se organizar uma documentação respeitando as fases ou idade, tem-se como intuito disponibilizar, de forma eficiente e coerente com as necessidades dos usuários, as informações contidas nos documentos. Essa organização se faz necessária tendo em vista o importante papel dos documentos na reconstrução dos fatos, sendo, em muitos casos, os únicos elementos que restaram dos acontecimentos e devendo, assim, estar em condições de fornecer as informações necessárias para essa reconstrução. É por meio dos documentos que diversas histórias resistem ao tempo (VAZ VALENTE, 1978).

Os documentos atuam como “[...] ensinamento, instrução sobre algo, independentemente da matéria em que tenha sido confeccionado e independentemente do meio que se tenha usado para o ensino e instrução que com ele se pretenda dar” (NUÑEZ

---

<sup>1</sup> Teoria promulgada em 1972, por Carlos Wyffels (BARROS, 2010).

CONTRERAS, 1981, p. 31). Pode ser reconhecido como toda a “[...] unidade de registro de informações, qual quer que seja o suporte ou formato ” (BRASIL, ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.73).

Ortega e Lara (2010) relatam que Escarpit (1991, p. 123-126), em uma obra publicada em 1976, conceituou documento como “[...] um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência com relação ao tempo”, destacando a “sincronia – que se refere à independência interna da mensagem, concebida não como uma sequência linear de eventos, mas justaposição multidimensional de traços”, e a estabilidade como “independência global do objeto informacional, que não é um evento inscrito na passagem do tempo, mas um suporte material do traço que pode ser conservado, transportado, reproduzido” (ESCARPIT, 1991, p. 123-126 apud ORTEGA; LARA, 2010).

Essa variação de definições sobre documento pode ser verificada nos trabalhos de diversos autores, mas dificilmente foge do seu foco principal, que é o registro de uma informação. Assim como nos arquivos, os documentos também apresentam características específicas dos seus produtores. Já que é um instrumento para expressão dos seus pensamentos, das suas ações, isso o faz um objeto de estudo ou como prova na contestação dos fatos, podendo variar no suporte que se apresenta (LANGLOIS apud VAZ VALENTE, 1978).

Na organização dos documentos, duas atividades são consideradas imprescindíveis e nucleares pela Arquivística: *a classificação e a descrição*.

Segundo Schellenberg (2002, p.83), a classificação resulta da necessidade de se refletir nos documentos a organização e a função do seu órgão produtor. Ela se torna imprescindível, pois “[...] todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação”, tendo em vista que “quando os documentos são adequadamente classificados atenderão bem às necessidades das operações correntes” (SCHELLENBERG, 2002, p.41).

A classificação pode ser definida como “[...] a função/intervenção que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto documental”, aponta Sousa (2003, p.241), tornando-se “[...] o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação”.

Nas concepções de Barros (2010, p.160-161), a classificação “[...] tem como princípio norteador básico o principio do *respect des fonds*”, que “[...] é o princípio que fundamenta a compreensão da instituição arquivo e de sua organização”.

Para se compreender o princípio de respeito aos fundos e seu papel fundamental dentro das atividades arquivísticas de um arquivo, é necessário voltar um pouco na história e traçar a trajetória da arquivística até o desenvolvimento do princípio.

A história das instituições arquivísticas está diretamente ligada à Revolução Francesa, ocorrida de 1789 a 1799, e influenciada pelos ideais do Iluminismo, que trouxe consigo uma transformação significativa para as civilizações e para os arquivos. Diante da dissolução das classes dominantes e institucionalização da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, sob um novo regime, o Estado passa a reconhecer sua responsabilidade como patrimônio histórico documental.

Estudos de Schellenberg (2002, p.26) atestam que, no auge da Revolução Francesa, a Assembleia Nacional identificou a necessidade de criação de um arquivo onde pudessem ser guardados e exibidos seus atos. Por meio de Decreto de 12 de setembro de 1790, esse arquivo passa a denominar-se *Archives Nationales de Paris*, vindo a ser considerado o primeiro Arquivo Nacional fundado no mundo.

Em 25 de junho de 1794, foi instituída uma administração de todos os outros arquivos públicos no território nacional, sendo que o Archives Nationales passa a ter jurisdição sobre documentos de variados órgãos do governo central em Paris. (SCHELLENBERG, 2002, p. 27). Tudo isso contribuiu para aumentar o acesso, mesmo que de forma gradual, aos documentos depositados nos arquivos públicos, generalizando a ideia de que os arquivos formam a base da pesquisa e tornando evidente ao Estado sua obrigação em preservá-los de forma a estarem acessíveis aos usuários (FONSECA, 1998, p. 39).

Esse acesso à documentação traz consigo o desenvolvimento da missão dos arquivos, que passam a ser fundamentais para a consolidação dos direitos e deveres do cidadão, e atuam como consolidador do poder do Estado, gerando três importantes realizações no campo arquivístico, conforme Schellenberg (2002, p. 27),

- (1) criação de uma administração nacional e independente de arquivos;
- (2) proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos e
- (3) reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado.

O direito de acesso aos arquivos públicos é considerado uma importante conquista da Revolução Francesa, observam Rousseau; Couture (1998, p.17). Para os autores,

[...] com o aparecimento do estado-nação e o desenvolvimento da História como disciplina universitária em que fontes originais são utilizadas como materiais de apoio à investigação, os depósitos de arquivo, outrora considerados, sobretudo como “arsenais de leis”, transformaram-se agora em “arsenais da história” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.17).

Porém essa política do novo regime também trouxe consequências um tanto desastrosas para a organização dos arquivos, que, devido às incorporações em massa, passaram a ter uma reordenação metódica da documentação, “a partir de classificações antinaturais que adulteraram a sua orgânica original” (SILVA, 2000, p.22).

Duchein (1983, p.15) também destaca essas consequências, pois não havia o menor interesse em dividir documentos de uma mesma origem, sendo que todas as classificações até então eram feitas por assuntos, temas ou locais, o que tornou a situação gravíssima, quando juntaram arquivos de diferentes proveniências. Sobre esse incidente o autor relata:

[...] o que sucedeu notadamente em Paris, quando a Revolução Francesa concentrou em um único depósito, denominado Archives Nationales, documentos os mais diversos, tais como o Tesouro de Cartas Reais, os arquivos do Parlamento de Paris, os das Abadias e conventos da região parisiense, os dos ministérios do governo real, os dos príncipes emigrados etc., aos quais se juntaram, logo depois, os papéis provenientes das novas assembleias e administrações criadas pela Revolução (DUCHEIN, 1983, p.15)

Essas incorporações em massa, sem a ordenação devida das documentações arquivísticas, baseadas apenas em concepções ideológicas, trouxeram consequências tão graves e alarmantes arquivisticamente, que não havia alternativa senão procurar impor uma solução para resolver ao caos ali instaurado (SILVA et al., 1999, p. 107).

Diante de todos os empecilhos causados pela má organização dessa documentação, Natalis de Wally – então chefe da seção administrativa dos Arquivos departamentais do Ministério do Interior – desenvolveu novos métodos de trabalhos, que foram aprovados pelo ministro da tutela e publicados em uma circular, em 24 de Abril de 1841 (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Esses métodos dão início ao *princípio da proveniência*, ou *princípio de respeito aos fundos* como é chamado por alguns, que consiste [...] em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica (DUCHEIN, 1986, p.14).

Esperava-se, dessa forma, que, com a separação de documentos advindos de um mesmo produtor, a recuperação dessas informações ocorresse de forma mais rápida e eficiente, e não se perdesse em meio a documentos de outra proveniência.

Com a aplicação do princípio da proveniência, Tognoli considera possível que a análise passe a ser realizada com relação ao conjunto de documentos, e não mais da peça documental, pois [...] beneficia, assim, a classificação por fundos e não por assunto,

permitindo uma organização orgânica, onde os documentos se relacionam, de forma “natural”, como consequência da ação (TOGNOLI, 2010, p.22).

Após a publicação dessas diretrizes, o princípio da proveniência passa a ser incorporado por outros países da Europa, variando e adaptando nas definições terminológicas, passando a ser reconhecido como *Provenienzprinzip*, na Alemanha, *Archive Group*, na Inglaterra, *Fondo*, na Itália e Espanha, e *Record Group*, nos Estados Unidos, sendo utilizado apenas a partir do século XX (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.80).

No Brasil, a criação de um Arquivo Público surgiu na Constituinte de 1823, sendo inserida no art. 70 da Constituição de 1824, porém somente em 1838 o mesmo foi fundado pelo Regulamento n. 2, de 2 de janeiro, sob a denominação de Arquivo Público do Império, sendo que somente em 1840 foi nomeado seu primeiro diretor efetivado: Ciro Candido Martins de Brito (ESTEVÃO; FONSECA, 2010).

Porém os autores Estevão e Fonseca (2010, p.87- p.88) ressaltam que não se pode afirmar que o princípio da proveniência tenha sido implantado de imediato no Brasil, tendo em vista que a “análise da prática de arranjo e descrição na instituição demonstra que sua aplicação sistemática e coletiva só ocorreria muito mais tarde, basicamente a partir da década de 1960”. Os autores afirmam que há indícios de que fosse minimamente conhecido.

A partir da adoção de métodos, da introdução do princípio da proveniência e da sua aceitação pelas demais instituições europeias tornou-se evidente a urgência da “formulação de conceitos e princípios que pudessem teorizar e reger as práticas já existentes nas instituições”, que resultaram na criação de regras e princípios científicos, promulgados com a publicação dos manuais de Arquivística (TOGNOLI, 2010, p.24).

Diversos pesquisadores relatam que a Arquivística passa a ser reconhecida como disciplina a partir das publicações desses manuais, que tinham como intuito contribuir com regras e princípios científicos que instruísem na utilização de procedimentos para organização da documentação arquivística.

Nesse sentido e como afirmado anteriormente, tem-se a descrição arquivística, considerada uma das atividades nucleares na organização de documentos e imprescindível nos procedimentos arquivísticos. Tendo em vista a necessidade de uma revisão teórica para conceituação da descrição arquivística, apresentar-se-ão a seguir algumas definições sobre a mesma, fazendo uso de trabalhos publicados por estudiosos da área.

## 2.2 Descrição arquivística: conceitos

A descrição arquivística realiza-se por meio de uma análise minuciosa, com a identificação de elementos e a extração das características principais do documento, concentrando-as para oferecê-las da forma mais clara e precisa aos usuários. Diante da especificidade e precisão dessa atividade nos processos de organização arquivística, a mesma se tornou tema de estudo nas disciplinas nucleares nos cursos de Arquivologia, no Brasil.

Conforme Lucília Runa, o conceito e a prática da descrição arquivística começam a se formar a partir dos anos de 1980, passando por uma persistente evolução a partir de análise feita pela autora, em que se verifica a recorrência do objetivo: “[...] o acesso e a recuperação da informação contida nos documentos de arquivo” (RUNA, 2011, p.161).

Nesse sentido, a função da descrição arquivística é “[...] informar acerca do conteúdo dos documentos e de seus elementos formais”, destaca Tognoli (2012, p.81), apontando também que seu objetivo maior é “[...] fornecer acesso às informações contidas nos fundos, grupos, séries ou peça documental”.

Rodrigues (2003, p. 217) relata que a descrição é considerada uma “[...] função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas”. A isso se alia a observação de Tognoli (2012, p.82), isto é, “[...] a representação vai além do documento, perpassando suas funções e seus órgãos produtores”.

A autora Acácia Hagen cita o autor Terry Cook ao expor que “[...] a descrição tem como base a teoria da representação”, sendo que:

[...] a teoria da representação é a de que enquanto os arquivos originais devem ser necessariamente armazenados na estante numa determinada ordem e localização física (normalmente em embalagens fechadas), as representações dos originais podem ser multiplicadas e armazenadas em qualquer ordem e em qualquer lugar que seja considerado útil (COOK, 1993, apud, HAGEN, 1998, p.3)

Na questão da representação, em cujo âmbito se insere a descrição arquivística, o autor Ricardo Andrade, parafraseando Elizabeth Yakel (2003), expõe que “[...] o termo representação da informação pode ser entendido como um processo e também como produto(s) dele derivado(s)”. Ainda, “[...] a representação busca estabelecer uma correspondência entre o objeto a ser representado e o padrão de representação utilizado”, e “[...] essa correspondência é um produto informacional que representa aspectos relevantes do objeto representado” (ANDRADE, 2007).

A representação arquivística está relacionada aos processos de arranjo e descrição, com base na criação de ferramentas de acesso (instrumentos de pesquisa – ex: guias,

inventários, entre outros) ou sistemas (catálogos, bancos de dados, entre outros) que são resultados dessa atividade (YAKEL, 2003).

Os instrumentos de pesquisa, conforme Lopes, reconhecidos como “[...] ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, têm a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos”, podendo ser encontrados na forma de guias, inventários, catálogos e índices (LOPEZ, 2002, p.10).

Por meio da elaboração dos instrumentos de pesquisa, é possível se avaliar o trabalho do arquivista, observa Bellotto (2004, p.177), visto que fica evidente na elaboração bem feita dos instrumentos de pesquisa o quanto isso será satisfatório na recuperação das informações pelo pesquisador, já que um instrumento de pesquisa mal elaborado poderá arruinar o trabalho do mesmo.

Smit (2013, p.15) ressalta que “[...] a qualidade da recuperação de documentos e/ou informações no arquivo é determinada pela descrição que foi feita dos documentos e da organização que lhes foi dada pela adoção de um plano de classificação”.

É possível observar uma alteração terminológica na medida em que o termo descrição documental era utilizado anteriormente, quando a descrição se direcionava apenas aos documentos existentes dentro de um arquivo. Atualmente, com a ampliação do seu objeto, utiliza-se o termo descrição arquivística, que é considerado mais amplo e adequado (HEREDIA HERRERA, 2011).

Apresentam-se, a seguir, considerações históricas sobre a descrição arquivística e os caminhos trilhados por alguns países em busca de uma padronização da normalização arquivística, destacando no estudo as correntes teóricas do Brasil, Canadá e Espanha.

### **2.3 Descrição arquivística: trajetória histórica e normalização**

Os documentos mais antigos que remetem à descrição arquivística são datados de 1500 a.C., registrados em tabletes de argila e encontrados na cidade de Nuzi, conhecida atualmente como Yorgan Tepe, localizada na região da Mesopotâmia (DURANTI, 1993).

Conforme Duranti (1993, p. 48), o propósito inicial da descrição arquivística não era a orientação aos usuários em pesquisas, nem tão pouco controlar ou facilitar a localização dos documentos, seu uso servia unicamente de aporte às administrações.

A autora relata que, na Grécia e na Roma antigas, a descrição era conhecida pelo sentido original do termo, ligado ao ato de *copiar*, sendo que os documentos eram copiados

por escribas ou usuários para pesquisas externas, sendo recuperados a partir de sua disposição física e forma. Percebe-se, então, que a descrição arquivística não estava inserida no processo de organização do arquivo, situação que se manteve até o final do século XIX, quando a descrição passa a ser integrada a esses procedimentos (DURANTI, 1993, p. 48).

Segundo a autora, a descrição evoluiu da criação de substitutos dos documentos fornecendo relatos das explorações para prover a sociedade de uma *memória perpétua*, oferecendo elementos de prova da existência dos registros; guiando a pesquisa acadêmica e proporcionando o arranjo mais útil dos registros; revelando a ordem intelectual do material fisicamente desordenada; e, finalmente, auxiliando o arquivista na pesquisa, dando suporte para o mesmo orientar qualquer tipo de usuário em diferentes pesquisas, por meio das relações contextuais e a história interior dos registros (DURANTI, 1993, p. 52).

Segundo a concepção da autora, pode-se observar uma mudança: na Antiguidade, a preocupação precípua era a de facilitar o manuseio dos documentos para garantir agilidade à administração; ao passo que a partir da Idade Média, e atingindo seu ápice com o ideário da Revolução Francesa, a preocupação passa a residir na garantia de acesso e preservação dos documentos.

A partir do século XX, foram publicados diversos manuais sobre estudos arquivísticos, como foi o caso do *Manual of archive administration*, de Hilary Jenkinson, publicado em 1922; *Arquivística*, de Eugenio Casanova, em 1928; *The selection of records for preservation*, de Philip Brooks, em 1940; *Archivkunde: eine betrag zur theorie und geschichte des europäischen archivwesens*, de Adolf Brenneke, em 1953; *Modern archives: principles and techniques*, de Theodore Schellenberg, em 1956, e *Les archives*, de Jean Favier, em 1959 (PAIXÃO, 2012, p.14).

Porém grande parte dos pesquisadores considera o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos<sup>2</sup> – escrito por Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e Robert Fruin, publicado no ano de 1898 pela Associação dos Arquivistas Holandeses – como o marco na história da Arquivística, ao elencar 100 regras sobre o arranjo e descrição de documentos de arquivo.

Essas regras foram divididas em “[...] origem e composição dos arquivos; arranjo dos documentos de arquivo; descrição dos documentos do arquivo; estrutura do inventário; normas adicionais para a descrição do arquivo; sobre o uso convencional de certos termos e sinais” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973).

---

<sup>2</sup> Título original: “Handlciding vocr het ordenen en beschreijven van Archieven” (MANUAL DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS, 1973).



Conforme Duranti (1995a, p.10, apud TOGNOLI, 2010, p.25), no Manual dos Holandeses,

[...] os problemas ou regras que apresentaram e explicaram neste volume, são os primeiros esforços reais para articular sistematicamente conceitos e métodos que encontram seu valor em ideias de teoria arquivística que tem lógica e consistência internas e não provenientes do contexto histórico, legal ou cultural (DURANTI, 1995a, p. 10, apud TOGNOLI, 2010, p.25).

Schmidt (2012, p. 112) destaca que, apesar da aceitação do manual como marco referencial na história da Arquivística, “[...] isso não significa que o mesmo tenha sido a primeira publicação sobre a temática ou que através desta é que novas teorias foram construídas”. Ao contrário, as principais questões que enunciam a área, como o Princípio da Proveniência e o da Ordem original, não foram criações dos autores deste manual. Porém a autora não desconsidera o fato de que foi por meio do manual que esses princípios teóricos foram se aperfeiçoando, com o passar do tempo.

Os manuais e tratados tornaram-se objeto de estudos de diversos profissionais, com o intuito de serem aprimorados, mediante a necessidade de se obter normas que pudessem padronizar de forma sistêmica o uso da descrição arquivística no mundo.

As normas descritivas são um caminho de comunicação entre os produtores dos documentos – os arquivistas e os pesquisadores –, facilitando a compreensão dos instrumentos, natureza e conteúdo dos documentos, o que resulta na eficiência do trabalho arquivístico, facilitando a interação entre os arquivistas e demais profissionais da informação (CRUZ MUNDET, 2001, p.257).

Duff e Haworth, (1990, p. 27, tradução nossa) relatam que, apesar de sempre registrarem os documentos que estavam sob sua custódia, os arquivistas não faziam uso de normas para descrição arquivística, utilizando-se, em vez disso, de manuais escritos por outros arquivistas para orientar suas práticas descritivas. Isso resultava na inconsistência de aplicação da descrição devido ao fato de as normas serem elaboradas de acordo com a “tradição, a especificidade e as necessidades concretas de cada contexto” (PAIXÃO, 2012, p.39).

Os primeiros passos no sentido da normalização da descrição arquivística foram observados nos países anglo-saxônicos, mais especificamente nos Estados Unidos da América, na Grã-Bretanha e no Canadá, antecedendo até mesmo as regras de descrição apresentadas pela Comissão Ad Hoc (que será visto no tópico seguinte) (TRAVESÍ DE DIEGO s/d, apud PAIXÃO, 2012, p.39; p.40).

Assim, com base nas pesquisas de Rui Paixão, serão apresentadas algumas considerações sobre os manuais desenvolvidos nos países citados.

- *APPM (Archives, Personal Papers and Manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies and manuscript libraries)*, desenvolvido nos Estados Unidos da América, por Steven Hensen, foi o primeiro manual para descrição de documentos de arquivo, publicado pela Library of Congress, em 1983 (PAIXÃO, 2012).
- *MAD (Manual of Archival Description)*, desenvolvido por Michael Cook e Kristina Grant, no âmbito do projeto designado Archival Description Project, publicado em 1986, na Grã-Bretanha, pela *The Society of Archivists*, tendo como objetivo formular normas específicas para a descrição arquivística. A segunda edição foi desenvolvida por Michael Cook e Margaret Procter e publicada em 1989 (PAIXÃO, 2012).
- *RAD (Rules for Archival Description)*, desenvolvida e publicada em 1990, no Canadá, pelo *Planning Committee on Descriptive Standards (BCA-PCDS)*, do *Bureau of Canadian Archivists (BCA)*, cujo processo se iniciou no final dos anos de 1970 e pode ser dividido em quatro fases: fase preliminar (1978-1983); fase de análise (1983-1986); fase de desenvolvimento institucional (1986-1990); e a fase de aplicação prática das regras (iniciada em 1990) (PAIXÃO, 2012).

Pode-se dizer que foram os trabalhos normativos norte-americanos, canadenses e britânicos os grandes incentivadores para que o Conselho Internacional de Arquivos (ICA – *International Council on Archives*) desenvolvesse estudos para elaboração de uma norma internacional de descrição arquivística. Nesse sentido, o Arquivo Nacional do Canadá promoveu, em 1988, uma reunião da qual participaram diversos especialistas em normas de descrição. Daí resultou a criação de uma comissão que ficasse responsável pela elaboração de propostas para a comunidade arquivística em âmbito internacional, que foi prontamente aprovada pelo ICA<sup>3</sup> (FONSECA, 2011, tradução nossa).

A primeira reunião da Comissão *ad hoc* de Normas de Descrição<sup>4</sup> ocorreu em setembro de 1990, na Alemanha, elaborando esboços de uma declaração de princípios, que foi revista em Madri, em janeiro de 1992, e reconhecida como “*Declaração de princípios sobre a Descrição Arquivística, primeira versão revista*”. Na mesma reunião, foi elaborada a versão ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – discutida no Congresso

---

<sup>3</sup> ICA - International Council on Archives / Conselho Internacional de Arquivos (CIA) “é a organização profissional da comunidade de arquivos, destinada a promover a conservação, desenvolvimento e utilização do patrimônio mundial dos arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2014).

<sup>4</sup> A Comissão *ad hoc* de Normas de Descrição, substituída, em 1996, pelo Comitê de Normas de Descrição (FONSECA, 2011).

Internacional de Arquivos, em Montreal, em 1992, e aprovada em 1993, em Estocolmo (FONSECA, 2011).

A ISAD(G) tem como intuito “[...] estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, devendo ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

Desenvolvida pela Comissão ad hoc de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), tem-se também a *International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families - ISAAR (CPF)*. Publicada pelo ICA em 1996, sua primeira edição foi elaborada entre os anos de 1993-1995. Essa norma apresenta “[...] diretivas para a preparação de registros de autoridade Arquivística, que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos ” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

Apesar do desenvolvimento de normas gerais de padronização da descrição arquivística pelo ICA, ainda foi possível observar, no decorrer dos anos, a instituição de diversas normas de padronização nos mais variados países, com intuito de atender às necessidades específicas dos mesmos.

Com base nesses casos, serão apontados, a seguir, os esforços de normalização no Canadá, com a RAD (*Rules for Archival Description*); a contribuição das escolas francófonas com a Arquivística Integrada e da anglófona com a Arquivística Pós-moderna, na Espanha, com a instituição da *NEDA – Norma Espanhola de Descripción Archivística* (entre outras normas); e no Brasil, com a instituição da *NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística*.

### **2.3.1 Normalização da Descrição Arquivística no Canadá**

Os anos de 1967 e 1975 foram caracterizados, no Québec, pela criação da AAQ e da ACA, que, por meio de uma proposta da comunidade arquivista do Canadá e liderada por essas associações, criaram a *Bureau Canadien des Archivistes – BCA* (JESUS, 2011, p.29).

As normas preconizadas no Canadá, ao contrário das institucionalizadas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, surgiram a partir de iniciativas advindas dos profissionais arquivistas do Canadá. Foram bem sucedidas quando a Bureau Canadien des Archivistes concedeu uma verba para um grupo de trabalho – o *Working Group on Archival Descriptive Standards* – elaborar, no prazo um ano, um conjunto de propostas para o desenvolvimento de

normas e diretrizes para a descrição, devendo após a criação passar pela aprovação da comunidade arquivística canadense (DUFF; HAWORTH, 1990).

Com base nos relatos dos autores Duff e Haworth, (1990, p. 30), o grupo sabiamente reconheceu que o prazo estipulado não seria o suficiente para alcançar os objetivos propostos. Em vez disso, apresentaram no relatório intitulado *Toward Descriptive Standards* recomendações aos arquivistas, baseadas nos princípios de arquivamento canadense. Os autores destacam que essas recomendações se tornaram um molde no processo de desenvolvimento de regras para descrição arquivística, pelo *Bureau of Canadian Archivist*.

Em 1990, foi publicada a que então seria reconhecida como RAD - *Rules for Archival Description*. Na apresentação da norma são destacados os esforços por parte do *Committee on Descriptive Standards* e as recomendações do *Bureau of Canadian Archivist's Canadian, Working Group on Archival Descriptive*, reconhecendo também os trabalhos já idealizados por Michael Cook e Margaret Procter, na Grã-Bretanha, e por Steven Hensen, nos Estados Unidos da América (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 2008, p.xv).

Como já citado, o Canadá antecedeu os esforços do ICA, e se destacou entre as normas dos EUA e da Grã-Bretanha, devido ao fato de a RAD “ter sido a primeira obra que, embora tivesse nascido com todas as características formais de qualquer norma”, era fruto de “um consenso profissional, criada por um organismo nacional, com um forte caráter técnico e de livre aplicação” (LEÃO, 2009, p.61).

A participação das principais entidades Arquivísticas do Canadá deram um caráter normativo às regras ditadas pela RAD, tendo em vista o consenso alcançado na comunidade arquivística canadiana, e pelo fato de que, nos demais países, o processo de normalização se efetivou apenas com a característica de manuais (BONAL ZAZO, 2001, apud PAIXÃO, 2012, p.45).

Para Barros (2014, p.144), a norma canadense tem como intuito “juntar em uma única, publicação todos os parâmetros para a descrição de arquivos, incluindo as normas complementares publicadas separadamente pelo ICA”. O autor relata que, baseado nas demais normas, “a canadense é bastante completa e facilita a aplicação da norma em conjunto com a análise funcional, ou seja, em sua base teórica, a análise das funções é parte do processo”.

Llanes Padron (2011, p. 68) destaca que, em 1996, o Comité de Planificación (CP), responsável pela manutenção, interpretação e revisão da RAD, foi substituído pelo Canadian Committee on Archival Description (CCAD), que se tornou responsável pela publicação da RAD2 em 2008. Conforme a autora, esse fato representa o esforço do comitê de elaboração da norma e uma resposta positiva às necessidades dos arquivistas canadenses.

Mediante a necessidade de o Canadá instituir uma identidade enquanto Confederação, desenvolveram-se no campo teórico da Arquivística, com a contribuição das escolas francófona e da anglófona, a Arquivística Integrada e a Arquivística Pós-moderna, como se verá a seguir.

### **2.3.1.1 A Escola Francófona e a Arquivística integrada**

A Arquivística Integrada originou-se na Universidade de Montreal, considerada uma das mais importantes universidades de língua francesa no exterior da França. Estabelecida nos moldes da Escola Francófona, ela se desenvolveu em duas realidades diferentes: uma ligada à norte-americana, representada pelos *records management*<sup>5</sup>; e a outra ligada à europeia, representada na tradição dos arquivos históricos (TOGNOLI, 2011).

Porém foi na Revolução Tranquila que se pôde observar uma mudança significativa nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do Québec, relata Tognoli (2012, p.32). A autora destaca que, a partir dessa Revolução, o Estado assumiu algumas responsabilidades anteriormente desenvolvidas por empresas e instituições privadas, o que gerou um aumento da participação estatal em setores como educação, saúde e cultura, culminando com a criação (em 1961) do Ministério da Cultura. Nesse panorama, pode-se observar uma ruptura entre os arquivos históricos e administrativos.

Essas mudanças influenciaram na criação de lugares apropriados para o tratamento da documentação produzida pelo Estado e também no reconhecimento da profissão, tendo em vista a exigência da participação de profissionais capacitados para o tratamento desses documentos (GAFNON-ARQUIN, 1992 apud TOGNOLI, 2010).

Com as novas mudanças, o governo passou a utilizar um sistema integrado de gerenciamento de documentos, contando com o assessoramento de um comitê de arquivos também criado por ele (HÉON, 2005).

Como dito anteriormente, os anos de 1967 e 1975 foram marcados pela criação da *Association des Archivistes du Québec* (AAQ) e a *Association of Canadian Archivists* (ACA), cuja criação ocorreu em um momento em que varias associações buscavam se firmar, caracterizado pelo fim da Segunda Guerra Mundial (GRANGE, 2014).

---

<sup>5</sup> *Records management*, conforme Lopes (1998, p.51), baseia-se em um conjunto de regras que, na prática, por vezes eram eficazes, mas que não apresentavam fundamentos científicos, pois suas preocupações estavam focadas mais sobre os arquivos ativos e semiativos. Essa visão administrativa recai unicamente sobre o valor primário do documento, como dito, característica da tradição norte-americana (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

A criação da AAQ pode ser considerada como um grande avanço para a disciplina Arquivística, em Quebec, contribuindo para se firmar a profissão do arquivista, além de representar o amadurecimento dos arquivistas de Quebec mediante o oferecimento de um trabalho consistente à sociedade (COUTURE, 2005).

Estudos de Tognoli (2010) constatam que, além da realização de congressos anuais com diversos profissionais da área, a AAQ teve papel importante na evolução da disciplina Arquivística, já que ela também foi responsável pela criação de diversas publicações que contribuíram para divulgação do conhecimento científico e prático da área.

Dentre essas publicações, a autora destaca o periódico *Archives*, publicado em 1969, considerado a primeira e única publicação periódica da época, que abordava temas da área e que contribuiu para a publicação, na década de 1970, do primeiro Manual Francês de Arquivística (*Manuel d'archivistique*), em Paris. Na mesma época, também foi criado o primeiro curso de graduação em Arquivologia na Universidade Laval, em Quebec (TOGNOLI, 2010).

A evolução da Arquivística, em Quebec, envolveu, além da formação de uma Associação, a criação dos Arquivos Nacionais de Quebec sob responsabilidade do Ministério da Cultura, que culminou na contratação de pessoal para tratamento dos documentos.

Luis Carlos Lopes, em seu livro intitulado *a Imagem e a Sombra da Arquivística*, faz algumas considerações sobre a Arquivística Integrada, resultado de um relatório de pesquisa realizada na EBSI, em Montreal. Partindo de estudos dos trabalhos feitos por Louise Gagnon-Arguin, Carol Couture e Jean-Yves Rosseau, o autor aponta que “mesmo sendo tributada a história do pensamento arquivístico, a Arquivística integrada é preferencialmente quebequense” (LOPES, 1998, p.69).

O autor (1998) relata que a arquivística integrada “é a única a propor a transformação da arquivística numa disciplina científica”, ela perpassa todas as fases do documento, desde a sua criação até sua guarda ou eliminação, tendo como foco a informação registrada. Para Garcia e Junior (2002 p.46),

[...] a arquivística integrada, desenvolvida no Canadá por Rousseau e Couture (1982, 1998) propõe uma arquivística que se preocupa com o tratamento da informação desde seu nascimento até seu destino final. A arquivística é tratada como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação.

Conforme Rousseau e Couture (1998, p.70), a Arquivística Integrada “permite assegurar a unidade e a continuidade das intervenções no âmbito de uma política de organização dos arquivos”, objetivando:

- Garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário;
- Permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos;
- Integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p.70).

Nesse sentido, a Arquivística Integrada vem contribuir para que a Arquivística se fundamente como disciplina, desprendendo dos laços que antes a mantinha presa à História. Vale constar que essa independência não coloca fim as suas ligações com outras áreas do conhecimento, pelo contrário, ela vem promover a renovação do seu corpus teórico (PENTEADO, 1997, p. 78).

Diversos pesquisadores abordaram em seus trabalhos a construção da arquivística integrada desenvolvida em Quebec, contribuindo, assim, para o fortalecimento da mesma. Entre esses autores, podem ser citados: Louise Gagnon-Arguin, Jean-Yves Rousseau, Carol Couture, Jacques Ducharme e Michel Duchain.

Gadoury e Nahuet (2005) destacam a relevância dessas produções para o crescimento da Arquivística e também importância da AAQ junto à profissão do arquivista e pesquisa na área. Gagnon-Arguin (1992), em pesquisa realizada, apontam que a partir da fundação da AAQ foram criados diversos caminhos para melhorias em “áreas como a educação, o código de ética, e o desenvolvimento de padrões profissionais” (GAGNON-ARGUIN, 1992, apud GADOURY E NAHUET, 2005).

Porém, como já relatado, outra corrente se desenvolveu no Canadá, mais especificamente no lado inglês canadense, resultante da revolução tecnológica: a Arquivística funcional ou pós-moderna, que será tratada a seguir.

### **2.3.1.2 A Escola Anglófona e a Arquivística pós-moderna**

No lado inglês do Canadá, a arquivística vivenciou uma fase de crescimento devido à revolução científica, caracterizado pelas novas tecnologias que trouxeram diversidade na produção documental, levando diversos historiadores da área a repensar os princípios

arquivísticos. A invasão das máquinas e o incessante uso de computadores para a produção de documentos que antes eram desenvolvidos manualmente representaram um novo paradigma na Arquivologia.

Tognoli (2010, p.55) afirma que isso fez surgir no Canadá Inglês uma nova corrente denominada Arquivística funcional ou pós-moderna, que tinha como objetivo defender e repensar os princípios, conceitos e métodos fundamentais para a disciplina, e, ainda, que a mesma pudesse se adaptar e sobreviver nesse novo mundo pós-moderno. Tognoli e Guimarães explicam:

[...] todo o pensamento arquivístico deve também sofrer influências pós-modernas, começando pela concepção de documento arquivístico, uma vez que a pós-modernidade, ao contrário da modernidade, não o defende como um mero subproduto de uma atividade administrativa, inocente, neutro e imparcial. Tudo é moldado segundo algum propósito. Para a corrente pós-moderna, seria impossível um documento ser gerado sem que houvesse intenções de poder e manipulação por trás dele. O discurso e a forma do documento são minuciosamente elaborados, de forma a construir as relações de poder entre o dominador e o dominado (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2010, p.406).

Millar (1998, p.109) relata o surgimento, em 1970, de uma nova nomenclatura para explicar um tipo de estilo de gestão de arquivo: os *Arquivos totais*. Esse termo abrange os arquivos de instituições públicas, como também os arquivos institucionais privados e os arquivos pessoais. Nesse sentido, Cook (1998, p. 143) relata que

[...] no Canadá, os arquivos pessoais são vistos como complemento e suplemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos. Em resumo, a tradição de “arquivos totais” canadenses está mais voltada para os arquivos de governança que para os arquivos do governo. Arquivos de “governança” incluem os documentos que refletem a interação dos cidadãos com o Estado, o impacto do Estado sobre a sociedade e as funções ou atividades da própria sociedade, tanto quanto incluem os documentos das estruturas de governo e de seus burocratas voltados para dentro (COOK, 1998, p. 143).

O autor considera que o papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno tende a desafiar os arquivistas a repensarem a disciplina e a prática em todos os lugares, reforçando a ideia de que, com esse novo paradigma, se deve deixar de visualizar documentos como objetos físicos estáticos e passar a entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais (COOK, 2012, p. 4).

No caminho de fortalecer essa nova fase da Arquivística, registram-se trabalhos de diversos autores que tratam o tema, como: Laura Millar, Hugh Taylor, Tom Nesmith, Heather MacNeil, David Bearman, Eric Ketelaar, Peter Scott, Wendy Duff, K.M Haworth, Michael Cook, D. Davies e Theo Thomassen. Porém, mesmo dando seguimento às ideias de Taylor,



Terry Cook é considerado por diversos pesquisadores como o precursor no que diz respeito a estudos teóricos dessa nova era arquivística.

A criação da ACA, em 1975, foi um espaço que tornou possível discutir o desenvolvimento da Arquivística como disciplina nas escolas anglófonas. Relatos de Tognoli (2010, p.60) levam a entender que a criação dessa associação possibilitou a troca de experiências entre profissionais da área, gerando um maior conhecimento e a importância de um sistema de arquivos no país, demonstrando os esforços do Canadá Inglês em busca de caracterizar suas identidades históricas.

Essa contribuição científica refletiu em diversos países, como na Espanha, que também vivenciou um período de evolução na disciplina Arquivística. No intuito de se padronizar a descrição, elaborou-se o projeto nomeado NEDA - *Norma Española de Descripción Archivística*, porém foi possível observar, por meio de revisão teórica em estudos de outros pesquisadores, que outras normas também foram instituídas, o que será tratado no tópico seguinte.

### **2.3.2 Normalização da Descrição Arquivística na Espanha**

Na Espanha, a evolução da Arquivística acontece juntamente com o aparecimento dos arquivos e da teoria moderna, sob a influência latino-americana, já que a tradição arquivística espanhola é originária de diferentes países, ou seja, pelas correntes europeias ou norte-americanas (NASEIRO RAMUDO, 2012).

Com a introdução das escolas europeias e centros ligados aos Arquivos do Estado, a Arquivística começa a ter reconhecimento como uma prática arquivística. Durante o século XIX, os países europeus incorporavam, nos processos de criação dessas escolas, a disciplina Arquivo, porém somente no século XX é que a formação Arquivística ocorre nas universidades (MARTÍN FUERTES, 2000).

Barros (2014, p.88) destaca que a Arquivística Espanhola apresenta princípios paleográficos e diplomáticos, já que faz uso de técnicas utilizadas nessas disciplinas durante um período do século XIX. O autor também relata que “[...] a Espanha será, durante todo desenvolvimento moderno da Arquivística, um espaço privilegiado, na medida em que é criada durante o século XIX uma série de arquivos para servir ao Estado espanhol”.

Conforme Martín Fuertes, (2000), o ensino em Arquivística na Espanha começou a se firmar em 1/12/1978, com o Decreto Real nº 3104/1978, que criava novos ensinos nomeados de “*Biblioteconomía y Documentación*”. Segundo o autor,

[...] Con el nombre de la “carrera” ni la carga académica que atribuyeron a la Archivística los planes de estudios que se elaboraron para los primeros centros que la pusieron en marcha (Granada, Salamanca, Murcia, Carlos III), de acuerdo con la orden ministerial de 24 de febrero de 1981 (B.O.E. del 14 de marzo), colmaron ni de lejos las expectativas de los archiveros<sup>6</sup>. Pero, pese a todo, este fue un momento crucial para la consideración de la Archivística como disciplina académica en España (MARTÍN FUERTES, 2000, p.697).

As atividades arquivísticas desenvolveram-se durante o século XIX, paralelamente com a diplomática, paleografia e outras disciplinas que apresentam relação com a História, sendo que a relevância destas disciplinas tende a variar sua relação com a Arquivística dependendo da tradição. Nesse contexto, tem-se a tradição espanhola desenvolvida na década de 1978, “[...] criando uma infraestrutura institucional que privilegia a criação de metodologias, a discussão das mesmas e a aplicação delas em uma gama ampla de instituições Arquivísticas” (BARROS, 2014).

Com a instituição de cursos que visavam ao ensino de técnicas arquivísticas na Espanha, destacaram-se os instrumentos utilizados para organização e tratamento da documentação arquivística e que têm sido foco de estudo de diversos pesquisadores espanhóis, dentre os quais se destacam: José Ramón Cruz Mundet, Antonia Heredia Herrera, Vicenta Cortés Alonso e Heloisa Liberalli Bellotto Esta pesquisadora brasileira apresenta em suas obras influência da arquivística espanhola.

No contexto da descrição arquivística, os autores destacados trazem algumas conceituações sobre essa atividade tão importante dos fazeres arquivísticos.

Cruz Mundet, por exemplo, considera a descrição arquivística o ponto mais alto da organização arquivística, indo ao encontro da finalidade da documentação, que é informar. Para o autor, a descrição é a tarefa principal do fazer arquivístico, uma consequência da organização dos fundos para disponibilizar os documentos da melhor forma possível a serviço dos usuários. Sendo assim, o trabalho descritivo tem por objetivo “[...]tornar acessíveis os fundos documentais” (CRUZ MUNDET, 2001, p.255).

Heredia Herrera (1995, p.300) destaca que o processo de descrição pode ser realizado tanto em um arquivo administrativo (ou corrente) quanto em um arquivo permanente, podendo ocorrer variações, mas que não significam a perda de sua característica, que “[...] é obter a informação existente nos documentos e disponibilizá-la aos usuários”. A autora

ressalta, ainda, que os objetivos da descrição são “[...] dar informação aos demais e facilitar o controle do arquivista” (p.301).

A mesma autora ainda relata que a descrição, inserida no processo de gestão documental, tem por objeto a elaboração de representações de documentos ou de grupos documentais arquivísticos, residindo sua função na identificação e representação de atributos que possam “[...]facilitar o acesso, pelos usuários, à informação contextualizada de seus conteúdos”. São essas considerações que servem como subsídios para construção de normas de descrição arquivística (HEREDIA HERRERA, 2011, p.8).

Assim como em outros países, a Espanha também demonstrou interesse em normas de padronização da descrição arquivística. Tanto que, em maio de 2007, foi formada a comissão de Normas Espanholas de Descrição Arquivística (CNEDA) pelo Ministério Espanhol da Cultura, com o objetivo de assessorar o Ministério da Educação, Cultura e Deporte no desenvolvimento e atualização da NEDA, reconhecida como *La Norma Española de Descripción Archivística* (SANTAMARÍA GALLO, 2012).

O projeto NEDA (2011, p.01) tem como objetivo desenvolver um modelo de descrição arquivística conceitual, formulado com base na relação técnica da entidade, constituindo uma representação coerente com a realidade do arquivo, ou seja, que [...] constituya un representación de la realidad archivística a un alto nivel de abstracción y en el que queden identificados los tipos de entidad (documentos de archivo, agentes, etc.) las relaciones y atributos. Nesse intuito, o projeto se utiliza da seguinte terminologia: *modelo conceptual de descripción archivística – entidade - tipo de entidade - subtipo de entidad - relación. - atributo*. Esse projeto encontra-se em desenvolvimento e tem passado por diversas atualizações, como demonstrado no site do Ministério Espanhol da Cultura.

Estudo de Llanes Padron (2011, p.163) refere-se à existência de cinco projetos normativos em desenvolvimento para descrição arquivística, provenientes de arquivos estáveis e de comunidades autônomas, sendo eles:

- NEDA- *Norma Española de Descripción Archivística* - desenvolve apenas seis elementos propostos pela ISAD (G), **sendo estes elementos descritiva pertencentes** à área de identificação e contexto da área de padrão internacional. (p.166).
- NEPAN - *Norma para la Elaboración de Puntos de Acceso Normalizados*: apresenta uma introdução na qual se analisam os objetivos, a finalidade e o âmbito de aplicação da norma, assim como algumas definições importantes dos pontos de acesso, os tipos a identificação e escolha (p.168).

- *MDM - Manual de Descripción Multinivel*: é proposta de adaptação das normas nacionais de descrição arquivística, que constituem as ferramentas de trabalho usadas nos arquivos de Castilha e León (p.169).
- *NODAC-Norma de Descripción Arxivística de Catalunya*: desenvolve cinco princípios de arquivamento, que são a base das regras nele contidos; esses preceitos são baseados na teoria arquivística e projetos nacionais desenvolvidos até o momento. Esta regra não lista apenas os princípios, mas explica e exemplifica cada um deles (p.182).
- *NOGADA - Norma Galega de Descripción Arxivística*: desenvolve a regulamentação de 26 elementos da ISAD(G). O alcance dessa norma é moderado, e suas principais limitações dizem respeito à ausência de diretrizes e princípios teóricos, assim como a descrição de outros tipos de entidades arquivísticas (p.184).

Barros (2014, p.102) relata que, na Espanha, as preocupações relativas à descrição dizem respeito à terminologia empregada nos diversos instrumentos de pesquisa, que podem ser reconhecidos como guias, inventários e catálogos.

Assim como no Canadá e na Espanha, o Brasil também apresentou esforços no sentido de padronizar suas normas de descrição por meio de eventos e participações em reuniões que tratavam do assunto. O resultado foi a NOBRADE, como se verá a seguir.

### **2.3.3 Normalização da Descrição Arquivística no Brasil**

No Brasil, mesmo antes da institucionalização dos cursos de formação de profissionais arquivistas pelas universidades acadêmicas, era latente a preocupação pela organização dos documentos disponíveis nos acervos documentais tanto públicos como privados.

Em 1971, foram criadas as duas primeiras instituições brasileiras, que objetivavam destacar a importância dos arquivos para a nação, sendo elas a Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística e a Associação dos Arquivistas Brasileiros, com a missão de elevar o status da profissão do arquivista.

Dentre os inúmeros intentos de se trazer visibilidade para os fazeres do arquivista e a sua profissionalização, ocorreu, em outubro de 1972, o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, onde se reuniram diversos pesquisadores e representantes das mais variadas áreas para discutirem todos os tipos de problemas relacionados com os arquivos em todos os aspectos.

Apresentando temas ligados à formação e profissão do arquivista, à terminologia arquivística e ao sistema nacional de arquivos, entre outros, esse congresso impulsionou o investimento na formação acadêmica do profissional arquivista e contribuiu para que a Arquivística brasileira começasse a ser vista com olhos de modernidade, pois, à época, já se falava da revolução da informática e da necessidade de o especialista em arquivos identificar seu papel diante desses “modernos dispositivos”, que eram os computadores (MIRANDA NETO, 1979).

Sobre esse evento, a pesquisadora Heloisa Bellotto utilizou as seguintes palavras para descrevê-lo: “dar-nos os rostos e os nossos respectivos arquivos a conhecer”. Ela destacou que o tema mais presente foi a criação dos cursos superiores e o estabelecimento do currículo mínimo para eles, considerando o evento como a primeira grande assembleia dos arquivistas brasileiros, tendo em vista que dali se obteve o grande resultado dos primeiros passos para a criação dos cursos superiores de arquivologia, assim como a regulamentação da profissão (BELLOTTO, s/d).

E foram essas iniciativas e os reflexos da evolução da Arquivística em outros países que levaram à mobilização dos profissionais em arquivo, no Brasil, na busca de normas que regessem as atividades desempenhadas no fazer arquivístico.

Registros feitos por Jaime Antunes da Silva, antigo diretor do Arquivo Nacional do Brasil, dão conta da preocupação em se introduzir no país uma norma que viesse fornecer subsídios para uma descrição arquivística coerente com as necessidades dos seus usuários/pesquisadores (SILVA, et.al, 1999).

Com uma participação proveitosa no processo de revisão da ISAD(G), que contribuiu para a utilização da “descrição de fundos, quanto de coleções”, foi criada, por meio da Portaria n. 56, de 30/9/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), cuja função era “propor normas em conformidade com a ISAD(G) e a ISAAR(CPF), após discussão pela comunidade profissional, aprovadas pelo CONARQ e adotadas como normas brasileiras” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

Em um documento, o então diretor apresenta a solicitação do Comitê de Normas de Descrição do ICA, que dava a oportunidade ao Arquivo Nacional de ampliar a divulgação e promover a norma no país. Sendo assim, foi constituído um grupo de trabalho coordenado por Vitor Manoel Marques da Fonseca, técnico do Arquivo Nacional naquele momento e membro do ICA/CDS, que ficou com a função de estabelecer uma tradução da Norma ISAD(G) (SILVA et al., 1999).

A partir daí, é desenvolvida a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE –, que consiste na “[...] adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém de foro nacional”, estabelecendo ainda “diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos”, com o intuito de “facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional” (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p.9).

Desde então, a questão da descrição Arquivística vem sendo discutida na literatura brasileira de Ciência da informação, notadamente na última década, como se verifica nos trabalhos de Rodrigues, 2011; Kich e Konrad, 2011; Albuquerque e Murguia, 2010; Cordenonsi e Flores, 2010; Gama e Ferneda 2010; Lopes e Borges, 2009; Pavezi, Flores e Perez, 2009 e Silva, 2008.

Cabe, agora, analisar como vem se construindo o ensino de Arquivologia, no Brasil, em cujo âmbito incidirá a análise da figura do docente de descrição arquivística.

### **3. A FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR E O ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**

No século XIX, a vinda da família real portuguesa para o Brasil culminou com o início das primeiras escolas especializadas em cursos para o ensino superior, nas áreas de Engenharia, Medicina e Jurídica. Porém o surgimento da universidade brasileira acontece somente no início do século XX, no ano de 1912, com a criação da Universidade do Paraná (MELO; LUZ, 2005, p.8).

A primeira universidade brasileira reconhecida foi a Universidade do Rio de Janeiro, instituída pelo Decreto nº 14.343, de 7/9/1920, que contava com a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito (MELO; LUZ, 2005, p.8).

Alguns momentos importantes da história da educação brasileira de nível superior são elencados por Stallivieri (2006, p.4), dos quais se podem citar: o surgimento das universidades públicas<sup>6</sup>; das universidades religiosas (católicas e presbiterianas); o movimento da reforma universitária, em 1968, apresentando como base “a eficiência administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como norte das instituições de Ensino Superior”; o período da década de 1970, figurando o desenvolvimento de cursos de pós-graduação e a oportunidade de se fazer cursos de pós-graduação no exterior; homologação de leis que passaram a regular a educação superior com a Constituição de 1988.

Estudos apresentados pelo MEC (2013) dão conta de que, na década de 1990, o número de instituições de ensino superior disponíveis, no Brasil, não era suficiente para atender a todos os alunos egressos do ensino médio e “[...] suas demandas sociais para a expansão do sistema federal de ensino superior, o que demonstrou a necessidade de implantação de um novo modelo de gestão acadêmica, culminando em 1996 na promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada conforme o Censo da Educação Superior daquele ano.

Sendo assim, em 1997, por meio do Decreto nº 2.207, de 15 de abril, foram instituídos os Centros Universitários no Sistema Federal de Ensino, com o intuito de suprir a demanda da expansão do ensino superior no Brasil (MEC, 2013).

---

<sup>6</sup> A fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, contou com a contratação de diversos professores europeus e marcou a expansão do sistema público federal de educação superior (STALLIVIERI, 2006).

Sobre os Centros Universitários, a Portaria MEC nº 2.041, de 22 de outubro de 1997, estabeleceu as seguintes características:

Art. 1º Os Centros Universitários são instituições que se caracterizam:

I - quanto à origem, pela transformação de faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou universidades, já credenciados e em funcionamento;

II - quanto à abrangência, por organização pluricurricular em uma ou mais áreas de conhecimento ou de formação profissional, nos níveis de graduação, extensão e especialização;

III - quanto à função, pela excelência do ensino ministrado, pelas modalidades de aperfeiçoamento permanente do ensino de graduação, pela qualificação constante de seu corpo docente, pela oferta de cursos de graduação, extensão, especialização e seqüenciais, e pelas atividades integradas de pesquisa discente (BRASIL, 1997).

Com a função de garantir a qualidade e o bom andamento, por meio da fiscalização e avaliação do ensino no país, foi instituído o MEC - Ministério da Educação, que é um órgão da administração federal direta, e que tem como objetivo, nos seus quase 80 anos de início, promover um ensino de qualidade, investindo na educação básica, educação profissional e superior (MEC, 2013, 2014).

Com base em dados do MEC; UNESCO (2013), obtiveram-se as seguintes informações sobre as Instituições de Educação Superior (IES), distribuídas pelo país.

**Quadro 01:** Distribuição das IES pelo Brasil

Regiões	Porcentagem da população no país	Quantidade de IES	Porcentagem das IES no País
Norte	8%	152	6%
Nordeste	28%	432	18%
Centro-Oeste	7%	235	10%
Sudeste	42%	1.157	49%
Sul	14%	389	16%

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir de dados disponibilizados no site do E-mec.

Com base no mesmo relatório, disponibilizado pelo MEC e pela UNESCO, a maioria das IES no Brasil (88%) é relacionada ao ensino em instituições privadas, com uma predominância das instituições estaduais (5%) sobre as instituições federais (4%) e municipais (3%) (MEC; UNESCO, 2013, p.28).

Pode-se observar que a região Sudeste é a que mais conta com IES no país, sendo que, das 1.157 IES, 5 delas oferecem o curso de graduação em Arquivologia.

No Brasil, o Estado já vinha demonstrando há tempos sua preocupação com as atividades de informação. Um exemplo disso é a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação-IBBD, em 1954, e que passa a ser reconhecido como IBICT -



Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, em 1976, influenciado internacionalmente pela UNESCO, devido à criação de instituições semelhantes em diversos países (MARTELETO, 2009).

A documentação crescente gerada após as duas grandes guerras e o período da guerra fria causaram o fenômeno denominado *explosão da informação*, “exigindo meios cada vez mais sofisticados e rápidos para que a informação científica e tecnológica pudesse ser usada como recurso econômico e político” (FONSECA, 2005, p. 17). Dessa forma, a necessidade de se criar meios para o controle documental culminou no nascimento da chamada Ciência da Informação, que tem como objeto de estudo a informação, desde sua criação até sua recuperação (MIRANDA, 1999).

E é exatamente nesse contexto que a Arquivologia, no Brasil, assim como a Biblioteconomia, é reconhecida na estrutura do científica CNPq - (Conselho Nacional de Pesquisa), como subárea da Ciência da Informação. Essa proximidade entre ambas as subáreas se explica pelo fato de lidarem, em diferentes contextos, com a informação registrada como objeto estudo, em um universo interdisciplinar.

Todas essas transformações, causadas pela produção documental em massa, alimentavam a ideia de uma formação mais completa para os arquivistas, pois, até antes da década de 1960, não havia cursos focados na formação arquivística, e, nos arquivos, os processos de organização aconteciam sem nenhum controle e sem aplicação de métodos próprios.

Vale lembrar que a Arquivologia é formalizada por meio de atividades desenvolvidas nas instituições, onde se faz necessária a presença de um profissional capacitado para tratamento e guarda dos documentos produzidos pelas instituições sendo essa uma preocupação que se observa ao longo da história dos arquivos, como bem destaca Gagnon-Arguin (1998, p.42):

[...] na leitura dos hábitos administrativos característicos dos diferentes regimes desde a Alta Antiguidade, nota-se em cada um deles a presença de pessoas que exercem as funções relativas à preparação, ao tratamento, a recuperação e a conservação dos documentos por essas administrações, funções essas comparáveis, pois, “as que encontramos hoje em dia nos arquivistas” (GAGNON-ARGUIN, 1998, p.42).

Porém a preocupação com a formação arquivística no Brasil começa a surgir quando José Honório Rodrigues assume a direção do Arquivo Nacional, de 1958 a 1962, que, por meio de uma reforma regimental, propiciou condições de instalação de cursos para formação de aperfeiçoamento de profissionais (MONTEIRO, 1988, p. 81).

Nesse sentido, algumas iniciativas foram tomadas, e, em 1959 e 1960, veio ao Brasil ministrar dois cursos e um treinamento intensivo de Aperfeiçoamento de Arquivo para funcionários do Arquivo Nacional o professor francês Henri Boullier de Branche. Os cursos ministrados por ele são considerados como a maior influência para a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), reconhecido como o primeiro curso regular, com a missão de formar pessoal especializado para atuar no tratamento e organização de acervos arquivísticos (MARQUES; RODRIGUES, 2008).

Com o intuito de modernizar o Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues trouxe ao Brasil o arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, vinculado à American University (Washington D.C.), para a realização de um estudo que abordava a situação arquivística brasileira. Schellenberg cedeu direitos autorais de importantes obras suas para tradução<sup>7</sup>, que foram utilizadas no CPA, marcando desse modo a influência norte-americana no ensino da Arquivologia, no Brasil (TANUS, 2013). Assim, em 1970, já eram ministrados, no país, cursos técnicos em arquivos (com duração de quatro meses) para estudantes que contassem com 1º grau (ensino fundamental) completo e o curso permanente de Arquivos (dois anos) para aqueles que já tivessem concluído do 2º grau (ensino médio) (MONTEIRO, 1988, p. 81).

A criação do curso de Arquivologia em nível superior só foi aprovada em 24 de janeiro de 1972, através do voto da Câmara de Ensino Superior; e, em 1974, a Resolução n.º 28 do Conselho Federal de Educação fixou as matérias do currículo mínimo do Curso de Graduação em Arquivologia: Introdução ao Estudo do Direito - Introdução ao Estudo da História - Noções de Contabilidade - Noções de Estatística - Arquivo I - IV - Documentação - Introdução à Administração - História Administrativa, Econômica e Social do Brasil - Paleografia e Diplomática - Introdução à Comunicação - Notariado - Uma língua estrangeira moderna (FONSECA, 1999; ARAUJO, et al., 1994).

No entanto, foi apenas em março de 1977 que o Curso Permanente de Arquivo recebe a denominação de Curso de Arquivologia, sendo transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO, reconhecido por alguns profissionais como o primeiro curso da área (ARQUIVO NACIONAL, 1977b, p. 37-38 apud MARQUES; RODRIGUES, 2008, p.9).

Ainda em 1977 ocorreu a implantação do Curso de Arquivologia na Universidade de Santa Maria, aprovado pelo Parecer n.º 179/76 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da

---

<sup>7</sup> Como a obra: Documentos públicos e privados: arranjo e descrição de 1963.

UFSM, em 10 de agosto de 1976, e a partir de março de 1977 o curso inicia suas atividades, oferecendo 25 vagas anuais e quatro habilitações em Arquivos Empresariais, Arquivos Escolares, Arquivos Históricos e Arquivos Médicos<sup>8</sup>.

Em 1978 foi criado o curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), instituído em 28 de junho de 1978, pela Resolução n. 73/78, do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP), e tendo sua aula inaugural em 22 de março de 1979 e sua primeira turma formada em 1982 (RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2010). Porém, após a criação desses cursos, o país passou mais de uma década sem que fosse criado um novo curso em Arquivologia, mudando esse quadro apenas em 1991 com a criação do curso na Universidade de Brasília – UnB.

Atualmente, conforme o site do e-MEC<sup>9</sup> - Sistema de Regulação do Ensino Superior, foram criados 17 cursos de Arquivologia, no Brasil, em Instituições de Educação Superior (IES), espalhados por diversas regiões. Todos os cursos são oferecidos na modalidade de bacharelado presencial, sendo que na Universidade Federal da Bahia (UFBA) o curso é oferecido em dois períodos – diurno e noturno –, o que o e-MEC considera como dois cursos. Portanto, são 16 Instituições que oferecem o curso: UFSM - Universidade Federal de Santa Maria; UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; UFF - Universidade Federal Fluminense; UNB - Universidade de Brasília; UEL - Universidade Estadual de Londrina UEL; UFBA - Universidade Federal da Bahia; UFES - Universidade Federal do Espírito Santo; UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; UEPB - Universidade Estadual da Paraíba; FURG - Universidade Federal do Rio Grande; UFPB - Universidade Federal da Paraíba; UFAM - Universidade Federal do Amazonas; UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais; UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; UFPA - Universidade Federal do Pará.

A seguir, um quadro com a data de início de funcionamento dos cursos de Arquivologia, no Brasil.

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis no site da Instituição: <http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php/o-curso/historico>

<sup>9</sup> O e-MEC foi criado para realizar a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação, pela internet das instituições de educação superior, fazendo o credenciamento, o recredenciamento, buscando autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos (Informações disponíveis na página do MEC)

**Quadro 02** – Identificação das IES e data de início de funcionamento dos cursos.

<b>Instituições de Educação Superior – IES</b>	<b>Data de início</b>
1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	09/12/1911
2. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	03/03/1977
3. Universidade Federal Fluminense – UFF	28/06/1978
4. Universidade de Brasília – UNB	01/03/1991
5. Universidade Estadual de Londrina – UEL	26/02/1998
6. Universidade Federal da Bahia – UFBA – diurno	03/03/1998
7. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	01/03/2000
8. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	09/03/2000
9. Universidade Estadual Paulista – UNESP	04/08/2003
10. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	28/08/2006
11. Universidade Federal do Rio Grande – FURG	27/07/2008
12. Universidade Federal da Paraíba - UFPB	06/10/2008
13. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	02/03/2009
14. Universidade Federal da Bahia – UFBA – noturno	02/03/2009
15. Universidade Federal do Amazonas – UFAM	03/03/2009
16. Universidade Federal Santa Catarina – UFSC	01/03/2010
17. Universidade Federal do Pará – UFPA	20/08/2012

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir de dados disponibilizados no site do e-MEC.

Com base no quadro anterior, observa-se o crescente aumento nas instituições de cursos nas últimas duas décadas. Nota-se também que, conforme o e-MEC, o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO começou a funcionar em 9 de dezembro de 1911, que é a data do Decreto n.º 9.197, relativo à aprovação da regulamentação do Arquivo Nacional, cujo artigo 10 estabelece:

Art. 10. Fica instituído no Arquivo Nacional um curso de diplomática, em que se ensinarão a paleographia com exercicios praticos, a chronologia e a crítica historica, a tecnologia diplomatica e regras de classificação. Funcionara, uma vez por semana, começando 12 mezes depois da aprovação deste regulamento, devendo ser feitas, oportunamente, as instruções especiaes.

Parapho unico. Os logares de professores do curso de diplomatica serão exercidos pelos funcionarios do Arquivo Nacional. (BRASIL, 1911, ortografia da época).

Sendo assim, a formalização do curso acontece em 1977, com o CPA sendo transferido para a FEFIERJ (atual UNIRIO) e recebendo a denominação de Curso de Arquivologia. Esses cursos foram criados com o objetivo de oferecer uma formação profissional que proporcionasse o conhecimento necessário para que os futuros arquivistas tivessem condições de trabalhar no tratamento de documentos arquivísticos.

No quadro seguinte constam as instituições e sua localização no Brasil.

**Quadro 03:** Instituições de Ensino Superior, Cidades e Regiões.

<b>Instituição de Educação Superior (IES)</b>	<b>Cidade/Estado</b>	<b>REGIÃO</b>
UFPA - Universidade Federal do Pará	Belém/PA	Norte
UFAM - Univ. Federal do Amazonas.	Manaus /AM	Norte
UFBA - Univ. Federal da Bahia.	Salvador/BA	Nordeste
UEPB - Univ. Estadual da Paraíba.	Campina Grande/PB	Nordeste
UFPB - Univ. Federal da Paraíba.	João Pessoa/PB	Nordeste
UNB - Univ. de Brasília	Brasília/DF	Centro-Oeste
UNIRIO - Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
UFF - Univ. Federal Fluminense	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
UFES - Univ. Federal do Espírito Santo	Vitória/ES	Sudeste
UNESP - Univ. Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho	Marília/SP	Sudeste
UFMG - Univ. Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte/MG	Sudeste
UFSM - Univ. Federal de Santa Maria	Santa Maria/RS	Sul
UEL - Univ. Estadual de Londrina	Londrina/PR	Sul
UFRGS - Univ. Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre /RS	Sul
FURG - Univ. Federal do Rio Grande	Rio Grande/RS	Sul
UFSC - Univ. Federal de Santa Catarina	Florianópolis /SC	Sul

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir de dados disponibilizados no site do e-MEC.

Nesse cenário, observa-se que os cursos de graduação em Arquivologia são predominantemente oferecidos nas regiões Sudeste e Sul (com cinco cursos cada), o que representa 62% do total. Em que pese essa predominância do eixo Sul-Sudeste, todas as demais regiões são servidas por cursos de Arquivologia. Vale destacar o fato de serem todos cursos oferecidos por IES públicas, sendo 13 em âmbito federal e 3 em âmbito estadual.

Cada curso disponibilizado nessas instituições está ligado a um departamento ou instituto acadêmico, subordinado à direção da instituição, e promove a organização científica e de gestão pedagógica do curso. Com base nessas informações, elaborou-se o seguinte quadro.

**Quadro 4 – Departamento a que as disciplinas se vinculam**

<b>IES</b>	<b>DEPARTAMENTOS ACADEMICOS</b>
FURG	Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI (não possui departamentos)
UEL	Ciência da Informação
UEPB	Arquivologia
UFAM	Arquivologia e Biblioteconomia.
UFBA	Documentação e Informação.
UFES	Arquivologia
UFF	Ciência da Informação
UFMG	Organização e Tratamento da Informação
UFPA	Faculdade de Arquivologia. (Não possui departamentos)
UFPB	Ciência da Informação
UFRGS	Ciência da Informação
UFSC	Ciência da Informação

UFSM	Documentação
UNB	Faculdade de Ciência da Informação (Não possui departamentos)
UNESP	Ciência da Informação
UNIRIO	Estudos e Processos Arquivísticos

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir de dados disponibilizados pelos docentes

Uma análise desses dados revela uma forte vinculação dos estudos arquivísticos à área de Ciência da Informação, indo ao encontro de questões anteriormente discutidas, no Canadá, por Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, e, em Portugal, por Armando Malheiro da Silva.

Considerando que a questão docente em Arquivologia, no Brasil, constitui o objeto da presente pesquisa, cabe abordar como se dá a formação de docentes para o ensino superior, nos níveis de graduação e de pós-graduação.

#### 4. DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS PERFIS DOCENTES

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foram identificadas, por meio do site do E-MEC, as Instituições de Educação Superior (IES) que ofereciam o curso de Arquivologia, para que, assim, fosse possível identificar informações que nos fornecessem dados dos docentes que ministram as disciplinas que tratam da temática *descrição*.

Nesse intuito, identificamos dezesseis cursos de Arquivologia no Brasil, sendo que treze cursos se concentram em instituições de âmbito federal e três em âmbito estadual e a maior parte esta concentrada na região sudeste e sul do país.

Antes de identificarmos quais docentes ministram a temática descrição, e com base nesse levantamento sobre as IES, foi feita uma análise das estruturas curriculares disponibilizadas nos sites das Universidades, identificando quais as disciplinas que tratavam da temática descrição arquivística e se as mesmas disponibilizavam o nome dos docentes online. No qual chegamos a vinte três disciplinas como demonstra o quadro abaixo.

**Quadro 5** - Disciplinas com temáticas relacionadas à descrição arquivística.

<b>DISCIPLINAS COM TEMÁTICAS EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA</b>
1. Arquivos permanentes
2. Arquivos permanentes I
3. Arranjos em arquivos
4. Arranjo e descrição
5. Arranjo e descrição de documentos
6. Arranjo e descrição de documentos I
7. Arranjo e descrição de documentos II
8. Descrição Arquivística
9. Descrição Arquivística
10. Descrição Arquivística
11. Descrição Arquivística, Arranjos em Arquivos
12. Descrição de Documentos Arquivísticos
13. Descrição Documental
14. Indexação
15. Gestão Arquivística de Documentos Digitais
16. Gestão de documentos III
17. Linguagens de Indexação
18. Planejamento de arranjo e descrição de documentos
19. Representação Arquivística I
20. Representação Arquivística II
21. Representação descritiva da informação Arquivística I
22. Representação descritiva da informação Arquivística II
23. Tópicos em funções Arquivística d – descrição Arquivística: elaboração de instrumentos de Pesquisa e estudos de caso

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir de dados disponibilizados pelos docentes.

É curioso – para não dizer preocupante - observar que, das 23 disciplinas levantadas, apenas cinco delas (31%) apresentam a temática da descrição em seu título, o que revela o grau de importância que essa temática apresenta nos cursos, uma vez que o oferecimento de disciplinas específicas pode revelar o reconhecimento de uma especificidade temática, uma área específica de estudos.

Foi possível identificar alguns dos docentes por meio do site das instituições que disponibilizavam a grade curricular, identificando não só as disciplinas como os docentes responsáveis pela mesma, porém nem todas as instituições forneciam esses dados. Por isso foi necessário entrar em contato com os departamentos e coordenadores dos cursos, via e-mail, solicitando o nome e o e-mail dos docentes.

Todos os e-mails enviados foram respondidos, totalizando a identificação de dezoito docentes que ministram vinte três disciplinas relacionadas à temática descrição. A partir daí, foi feita a identificação e análise da formação e da produção científica desses docentes, por meio dos currículos Lattes, que se torna um aliado nessa pesquisa, pois fornece elementos para realização dos objetivos específicos. A atividade de coleta dos dados nos Lattes dos docentes realizou-se inteiramente no dia 21 de setembro de 2014, objetivando garantir o reflexo de uma produção em um dado e determinado momento.

Almejando uma coleta mais precisa dos dados, elaborou-se uma ficha de coleta dos mesmos, lembrando que nem todas as informações apresentadas na ficha a seguir serão expostas no presente trabalho, mas apenas aquelas que forem relevantes para a pesquisa. Segue o modelo de ficha de coleta de dados.

**Quadro: 06** – Fichas de coleta de dados dos docentes no lattes

Instituição:	
Docente:	E-mail:
<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	
Graduação:	Pós-graduação stricto sensu:
	Pós-graduação lato sensu:
Artigos completos publicados em periódicos	
Livros publicados/organizados ou edições	
Capítulos de livros publicados	
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	
Orientações e supervisões concluídas	

**Fonte:** Ficha elaborada pelo autor, com dados a serem identificados nos Lattes dos docentes

Com o levantamento dessas informações, foi possível chegar aos seguintes dados referentes aos docentes.



#### 4.1 Formação docente

Como destacam Guimarães, Danuello e Menezes (2004, p.148), a formação docente envolve tanto a habilitação – considerada uma formação para que se possa exercer o direito a um dado exercício profissional, como é o caso da formação em nível de graduação – e a qualificação, que, como destaca Nunes (1999, p.155), se dá por meio de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* e com o apoio das agências de fomento.

Inicialmente, analisou-se a formação em nível de graduação dos docentes de descrição em cursos de Arquivologia, no Brasil. Dessa forma, chegou-se ao seguinte resultado:

**Quadro 07** - Curso de formação em nível graduação dos docentes

<b>Graduação</b>	<b>Docentes</b>
Arquivologia	11
Historia	6
Biblioteconomia	3
Administração de Empresas	1
Direito	1
TOTAL	22

**Fonte:** Elaborado pela autora, com informações disponibilizadas nos Lattes dos docentes.

Verifica-se a franca predominância de 60% da formação em Arquivologia, o que revela que os cursos de Arquivologia brasileiros, no decorrer de suas quase quatro décadas de existência, já estão respondendo significativamente pela formação de docentes para a área. Por outro lado, as formações em História e em Biblioteconomia atuam como importantes subsídios para a formação desse docente, o que revela serem dois importantes espaços de diálogo da Arquivologia brasileira.

Com base nas informações dispostas no quadro e levantadas por meio do currículo, observa-se a ocorrência de docentes com dupla formação, aspecto relevante em termos de capacitação docente. Vale ressaltar que, desses docentes, dois tem dupla formação: um deles formado em Direito e Arquivologia, e outro, em Arquivologia e Licenciatura Plena em História. Dois docentes têm formação de bacharel em História e também a licenciatura plena, constando no Lattes como duas formações. E ainda há um docente formando em Biblioteconomia, que está cursando Arquivologia, porém, por estar em andamento, ele não está inserido no quadro.

Em um segundo momento, analisou-se a formação docente em nível de pós-graduação. Para tanto, considerou-se tão somente a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e

doutorado), pois é a que causa impacto direto na atuação docente, visto estar voltada para as questões de pesquisa. Assim, no que se refere ao mestrado, tem-se o seguinte panorama:

**Quadro 08:** Curso de formação em nível mestrado dos docentes

<b>Programas de Pós Graduação em Mestrado</b>	<b>Docentes</b>
Ciência da Informação	9
História	3
Patrimônio cultural	2
Educação	1
Engenharia de Produção	1
TOTAL	16

**Fonte:** Elaborado pela autora, com informações disponibilizadas nos Lattes dos docentes.

No quadro anterior é possível observar que, dos dezoito docentes, dezesseis cursaram mestrado, sendo que 9 deles (56%) o fizeram em programas de Ciência da Informação, os demais foram em áreas de outras especialidades. Isso se explica pelo fato de que os programas de pós-graduação em Ciência da informação, assim como a ANCIB, vem revelando, ao longo dos anos, uma receptividade acerca das questões arquivísticas.

É curioso observar que um docente teve seu mestrado em Engenharia de Produção, área com a qual os diálogos teóricos e metodológicos da Arquivologia não se revelam com frequência. Além desse cenário, registra-se, ainda, um docente com mestrado em andamento e outro que tem doutorado direto, sem passar pelo mestrado.

Analisou-se, também, a formação em nível de doutorado, considerada fundamental para que se forme a denominada “massa crítica”, ou seja, quando o docente assume a condição plena de pesquisador. Chegou-se, assim, ao seguinte resultado:

**Quadro 09:** Curso de formação em nível doutorado dos docentes

<b>Programas de Pós-Graduação em Doutorado</b>	<b>Docentes</b>
Ciência da Informação	2
Historia	2
Memoria Social	1
Educação	1
Letras	1
Difusão do conhecimento	1
TOTAL	8

**Fonte:** Elaborado pela autora, com informações disponibilizadas nos Lattes dos docentes.

Observa-se que menos da metade (44%) dos docentes dessa área possui doutorado, o que revela a necessidade de um maior investimento na capacitação científica docente. Tal

cenário revela boas perspectivas para o futuro na medida em que seis docentes estão com doutorado em andamento.

Os doutorados em andamento, por sua vez, são todos na grande área de Ciência da Informação, sendo cinco no Brasil e um na Espanha.

Comparativamente aos dados da formação em nível de mestrado, observou-se maior diversidade de área, na medida em que a Ciência da Informação e a História respondem, cada, por 25% do total, estando os 50% restantes distribuídos entre Memória Social, Educação, Letras e Difusão do Conhecimento. Vale ressaltar que o doutorado em História Social vem mantendo, tradicionalmente, intenso diálogo com a Ciência da Informação.

Uma vez caracterizado o panorama de formação (em graduação e em pós-graduação) do docente de descrição em cursos de Arquivologia, no Brasil, cabe, agora, analisar a produção científica desse docente, como se verá a seguir.

#### **4.2 Produção científica docente**

A produção científica, como destaca Danuello (2007, p.36-39), constitui “o conjunto de documentos gerados a partir dos resultados de pesquisas, publicados sob diferentes formas, e que representam a materialização do conhecimento gerado sobre um assunto de interesse de uma determinada comunidade científica”. Essa produção, por ser materializada e socializada, é passível de ser avaliada e contada.

Como destacam Población, Witter e Silva (2006, p. 409), a produção científica é medida a partir do volume de publicações impressas, digitais ou eletrônicas, contendo os resultados da pesquisa científica de autores, instituições, regiões, países em áreas temáticas. Nesse contexto, especial lugar ocupa o artigo de periódico, seja pela sua ampla divulgação, seja pelo rigor no seu processo de avaliação.

Nesse contexto, analisou-se a produção científica dos docentes que ministram disciplinas ligadas à descrição em cursos de graduação em Arquivologia, no Brasil, considerando-se, para tanto, as categorias livro, capítulo de livro, artigo de periódico e trabalhos completos publicados em anais de eventos por serem as publicações de maior impacto e visibilidade.

A seguir, apresenta-se o panorama dessa produção científica, destacando-se que, em cada coluna, tem-se a produção representada por uma fração em que o denominador indica o

conjunto total de publicações docente naquela categoria e o numerador, as publicações que efetivamente se referem à temática da descrição arquivística.

Para se chegar a esses dados, identificaram-se, em todas as produções disponíveis nos currículos Lattes dos docentes, se nos títulos dos trabalhos constavam os seguintes termos: descrição; representação da informação; representação arquivística; representação do conhecimento, sendo que para esses termos procurou-se identificar também a variação em língua inglesa e espanhola. A partir daí, fez-se contato com os docentes para solicitar os trabalhos para identificação dos autores nas citações nas produções. Vale ressaltar que em alguns trabalhos não se pôde apresentar dados, pela impossibilidade de localizá-los, e como a produção não era da data atual, os docentes também não as possuíam mais em acervos.

**Quadro 10** – Produção dos docentes referentes as disciplinas que tratam a temática descrição

IES	ARTIGOS	LIVROS	CAPÍTULOS	TRABALHOS COMPLETOS EM ANAIS	TOTAL
FURG	00/02	-----	-----	01/06	01/08
UEL	00/03	-----	-----	00/05	00/08
UEPB	00/01	-----	00/01	00/13	00/15
UFAM	-----	-----	-----	-----	-----
UFBA	00/03	00/01	00/07	00/18	00/29
UFES	00/05	-----	-----	00/04	00/09
UFF	06/14	07/16	01/10	03/05	17/45
UFMG	00/05	00/06	03/09	00/12	03/32
UFMG	00/04	-----	02/08	00/07	02/19
UFPA	00/04	-----	00/08	00/05	00/17
UFPB	00/12	01/05	00/04	00/20	01/41
UFPB	00/01	-----	-----	01/02	01/03
UFRGS	00/01	00/03	00/02	02/03	02/09
UFSC	00/11	00/03	-----	00/04	00/18
UFSM	-----	01/02	-----	00/01	01/03
UNB	00/03	00/01	00/02	00/05	00/11
UNESP	01/05	-----	02/10	02/09	05/24
UNIRIO	00/05	-----	01/04	01/16	02/25
<b>TOTAL</b>	<b>07/79</b>	<b>09/37</b>	<b>09/65</b>	<b>10/135</b>	<b>35/316</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados nos currículos lattes.

Uma análise dessa produção revela que as 35 publicações sobre a temática descrição representam tão somente 11% da produção total dos docentes analisados, aspecto particularmente preocupante pelo fato de serem docentes da disciplina. Isso leva a pensar em duas hipóteses: uma dispersão temática na produção científica dos docentes ou a falta de uma política institucional no sentido de atribuir disciplinas a docentes que efetivamente pesquisem

e publiquem na área. Por sua vez, nessa produção na área, ainda que bastante incipiente, observa-se um equilíbrio de distribuição em termos de formas documentais (artigos, livros, capítulos e comunicações em eventos).

Analisaram-se, ainda, as orientações de teses de doutorado, dissertações de mestrado e TCCs, verificando-se que não houve nenhuma dissertação de mestrado ou tese de doutorado orientada nessa temática, sendo que, dos TCCs orientados por esses docentes, apenas 6% deles referiram-se à temática estudada. Isso reitera as duas hipóteses anteriormente postuladas.

No âmbito da produção científica em periódicos, os sete artigos identificados sobre a temática estudada foram publicados nas revistas: *American Archivist*, *COMMA - International Journal on Archives*, *Métodos de Información*, *Revista Acervo*, *Revista eletrônica Documento / Monumento*, *Revista Ibero-americana de Ciência da informação*, *Revista Memória (Bogotá)*. Esse universo é composto por três revistas publicadas no Brasil e quatro no exterior. Em termos de avaliação Qualis, têm-se três periódicos B1, um B4 e três sem Qualis.

Uma análise desses dados revela uma produção ainda bastante tímida nessa temática, aliando-se a um alto índice e dispersão temática na produção desses docentes. Isso se reflete no baixo grau de orientação de trabalho acadêmico sobre a temática descrição. Esse fato é ainda mais preocupante se for considerado que apenas três dos sete artigos se inserem em um extrato Qualis de excelência (B1).

Em seguida, no total de 34 obras publicadas por esse conjunto de 18 docentes na temática descrição arquivística (correspondendo a uma média de 1,8 publicações por docente), analisaram-se quais foram os referentes teóricos que as subsidiaram. Para tanto, verificaram-se as referências, desconsiderando-se as obras com autoria institucional e as autocitações. Dessa forma, chegou-se a um conjunto de 135 autores que receberam, no total, 207 citações, o que revela uma média de 1,6 citações por autor<sup>10</sup>.

Para fins de análise desses referentes teóricos, aplicou-se a Lei de Elitismo de Price, segundo a qual:

---

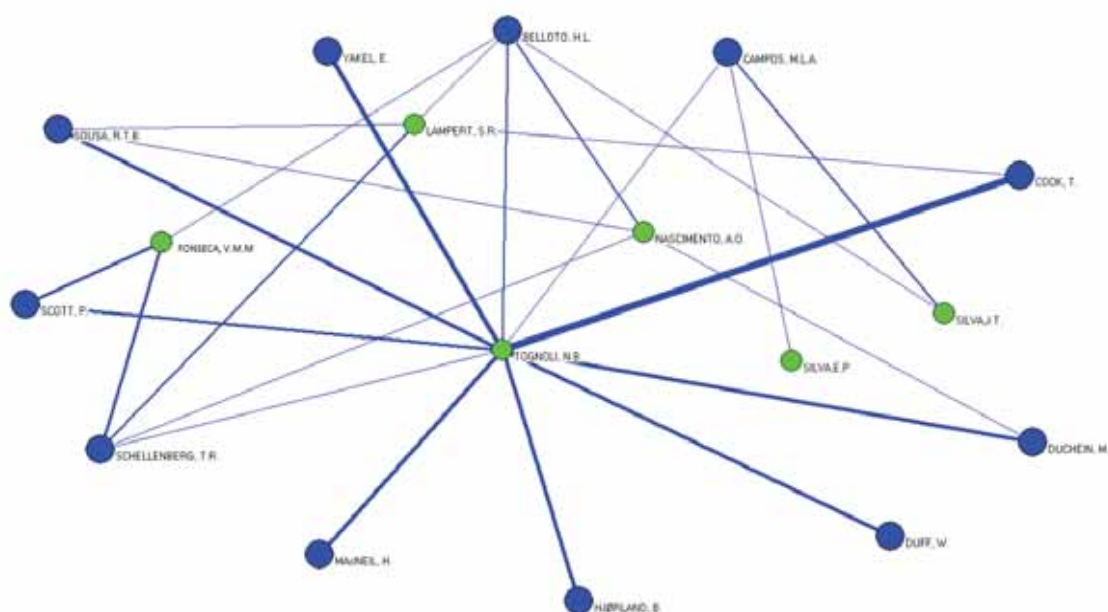
<sup>10</sup> Nesse contexto, tem-se por ordem decrescente de citações recebidas: Cook, T. com 9 citações; Bellotto e Schelenberg com 7 citações, Scott e Sousa com 6 citações; Duchein e Yakel como 5 citações; Campos, Duff, Heredia Herrera, Hjørland e MacNeil com 3 citações; Andrade, Bearman, Eastwood, González de Gómez, Guimarães, Harris, Jardim, Jewett, Lopes, Lopez, McKemmish, Neves e Rodrigues com 3 citações; Cook, M.; Couture, Dahlberg, Duranti, Fonzeca, M., Fonseca, V., Fox, Horsman, Lara, Leão, Nascimento, Oliveira, Pearce, Ribeiro, Rousseau, Saracevic, Silva, Tessitore e Yeo com 2 citações e mais um conjunto de 90 autores que receberam uma citação cada.

A distribuição da produtividade dos autores numa coordenada cartesiana é uma distribuição tão inclinada, que inspirou Price (1963) a propor a Lei do Elitismo. Segundo esta lei, se  $k$  representa o número total de contribuintes numa disciplina,  $\sqrt{k}$  representaria a elite da área estudada, assim como o número de contribuintes que gera a metade de todas as contribuições (URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, 2008, p.1).

Desse modo, chegou-se a um conjunto de 12 autores (9,6% do total) que receberam 4 ou mais citações cada, observando-se que esse universo responde por 29,8% do total das citações, a saber: Terry Cook, Heloísa Liberalli Bellotto, Theodore Roosevelt Schellenberg, Peter Scott, Renato Tarcísio Barbosa de Sousa, Michel Duchein, Elizabeth Yakel, Maria Luiza Campos, Wendy Duff, Antonia Heredia Herrera, Birger Hjolrand e Heather McNeil.

A partir desse conjunto de referentes teóricos, elaborou-se uma rede de citação por meio da utilização do software PAJEK, como se verifica a seguir:

**Rede 1:** Autores mais citados pelos docentes nas produções que tratam da temática descrição arquivística.



**Fonte:** Elaborado pela autora. - **Legenda:** Verde para citantes e azul para citados.

Assim, foi possível observar os autores mais citados nas produções, chegando-se aos seguintes dados:

**Quadro 11** - Autores mais citados pelos docentes nas produções que tratam da temática descrição arquivística

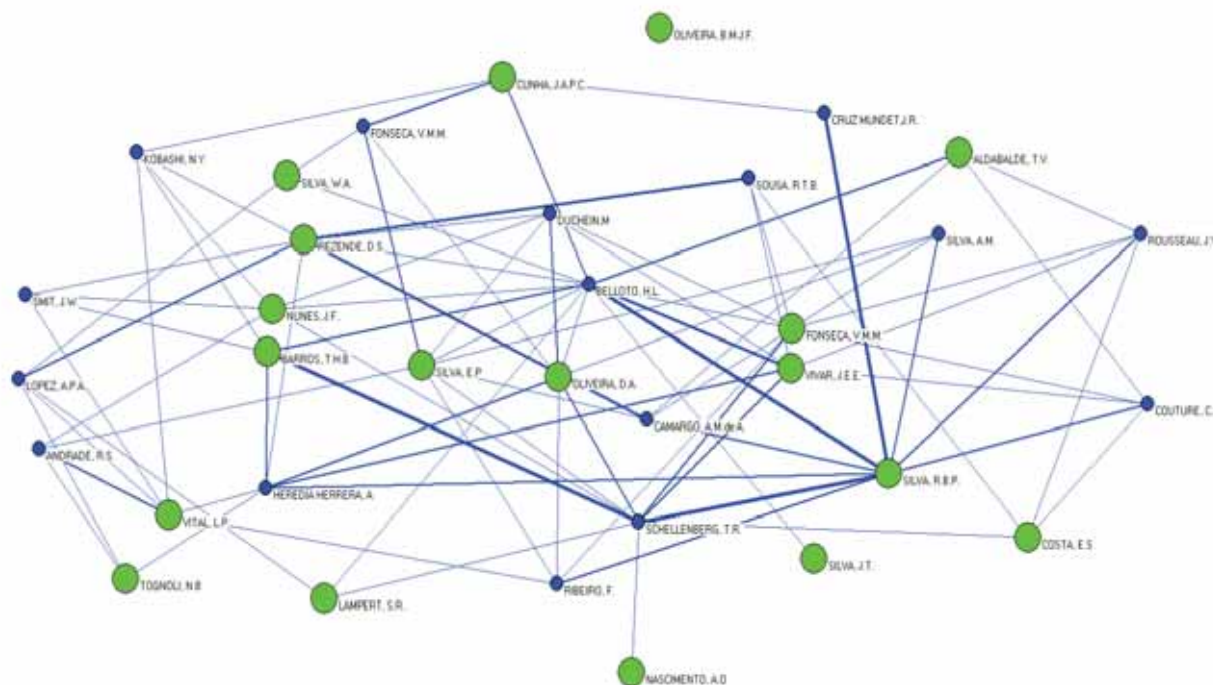
AUTORES COM MAIS CITAÇÕES	Nº DE CITAÇÕES
Terry Cook (Canadá)	9
Heloisa Liberalli Bellotto (Brasil)	7
Theodore Roosevelt Schellenberg (EUA)	7
Peter Scott (Austrália)	6
Renato Tarcísio Barbosa de Sousa (Brasil)	5
Michel Duchein (França)	5
Elizabeth Yakel (EUA)	5
Maria Luísa de Almeida Campos (Brasil)	5
Wendy Duff (Canadá)	4
Antonia Heredia Herreira (Espanha)	4
Birger Hjørland (Dinamarca)	4
Heather MacNeil (Canadá)	4

**Fonte:** Elaborado pela autora

Para melhor compreender como os referentes teóricos influenciam na atividade desses docentes, analisou-se, também, os referentes teóricos presentes nas bibliografias básicas das disciplinas ministradas por eles. Desse modo, e igualmente incluindo-se autocitações e autorias institucionais, chegou-se a um conjunto de 123 autores, que receberam um total de 273 citações (2,2 citações por autor).

Aplicando-se novamente a Lei de Elitismo de Price, chegou-se a um conjunto de 16 autores (13% do total), que receberam pelo menos 5 citações cada, observando-se que esse universo responde por 48% do total das citações, a saber: Heloisa Liberalli Bellotto, Theodore Roosevelt Schellenberg, Vitor Manuel Marques Fonseca, André Porto Ancona Lopes, Ana Maria de Almeida Camargo, Michel Duchein, Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, Renato Tarcísio Barbosa de Sousa, Ricardo Sodré Andrade, José Ramón Cruz Mundet, Nair Yumiko Kobashi, Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro Silva, Johanna Wilhelmina Smit. A partir desse conjunto de referentes teóricos, elaborou-se uma rede de citação por meio da utilização do software PAJEK, como se verifica a seguir:

**Rede 2:** Autores mais citados pelos docentes nos planos de ensino das disciplinas que tratam da temática descrição arquivística.



**Fonte:** Elaborado pela autora - **Legenda:** Verde para citantes e azul para citados.

Com base na rede, é possível observar que dezesseis autores se destacaram nos planos de ensino das disciplinas que tratam da temática descrição arquivística, apresentando até cinco citações. Para se chegar a esses autores, foi necessário entrar em contato com os docentes que ministram as disciplinas que tratam da temática descrição arquivística. Obteve-se, então, um total de vinte três disciplinas ministradas pelos dezoito docentes, já alguns docentes ministram mais de uma disciplina relacionada a essa temática.

Os dados seguintes registram os autores mais citados nas produções.

**Quadro12** - Autores mais citados nos planos de ensino que tratam da temática descrição arquivística

AUTORES COM MAIS CITAÇÕES	Nº DE CITAÇÕES
1. Heloisa Liberalli Belotto (Brasil)	20
2. Theodore Roosevelt Schellenberg (EUA)	19
3. Antonia Heredia Herreira (Espanha)	11
4. Vitor Manuel Marques Fonseca (Brasil)	9
5. André Porto Ancona Lopes (Brasil)	9
6. Ana Maria de Almeida Camargo (Brasil)	8
7. Michel Duchein (França)	6



8. Carol Couture (Canadá)	6
9. Jean-Yves Rousseau (Canadá)	6
10. Renato Tarcísio Barbosa de Sousa (Brasil)	6
11. Ricardo Sodré Andrade (Brasil)	5
12. José Ramón Cruz Mundet (Espanha)	5
13. Nair Yumiko Kobashi (Brasil)	5
14. Fernanda Ribeiro (Portugal)	5
15. Armando Malheiro Silva (Portugal)	5
16. Johanna Wilhelmina Smit (Brasil)	5

**Fonte:** Elaborado pela autora

Observa-se que, dos autores citados, a grande maioria é do Brasil, totalizando 8 dos 16 autores levantados; depois têm-se *dois* autores do Canadá, *dois* da Espanha e *dois* de Portugal.

Em seguida, uma síntese dos autores mais citados tanto nas publicações quanto nos planos de ensino.

**Quadro 13** - Autores mais citados nos planos de ensino e produção dos docentes que tratam da temática descrição arquivística

AUTORES COM MAIS CITAÇÕES	Citações PC	Citações PE	Citações TOTAL
Terry Cook (Canadá)	9	20	29
Heloisa Liberalli Bellotto (Brasil)	7	19	26
Antonia Heredia Herreira (Espanha)	4	11	15
Renato Tarcísio Barbosa de Sousa (Brasil)	6	6	12
Michel Duchein (França)	5	6	11
Vitor Manuel Marques Fonseca (Brasil)	0	9	9
André Porto Ancona Lopes (Brasil)	0	9	9
Ana Maria de Almeida Camargo (Brasil)	0	8	8
Theodore Roosevelt Schellenberg (EUA)	7	0	7
Peter Scott (Austrália)	6	0	6
Carol Couture (Canadá)	0	6	6
Jean-Yves Rousseau (Canadá)	0	6	6
Ricardo Sodré Andrade (Brasil)	0	5	5
José Ramón Cruz Mundet (Espanha)	0	5	5
Nair Yumiko Kobashi (Brasil)	0	5	5
Fernanda Ribeiro (Portugal)	0	5	5
Armando Malheiro Silva (Portugal)	0	5	5
Johanna Wilhelmina Smit (Brasil)	0	5	5
Elizabeth Yakel (EUA)	5	0	5
Maria Luísa de Almeida Campos (Brasil)	5	0	5
Birger Hjørland (Dinamarca)	4	0	4
Wendy Duff (Canadá)	4	0	4
Heather MacNeil (Canadá)	4	0	4

**Fonte:** Elaborado pela autora

Nesse contexto, verifica-se que cinco autores se revelam efetivos referentes teóricos na medida em que fornecem subsídios não apenas ao ensino como também à pesquisa na área, nomeadamente: Terry Cook, Heloísa Bellotto, Antonia Heredia, Renato Barbosa de Sousa e Michel Duchein. Isso revela, inclusive, um equilíbrio de influências teóricas, na medida em que se contemplam autores procedentes de Brasil, Espanha, Canadá e França, representativos de diferentes correntes teóricas.

Acredita-se que essa diversidade de autores utilizados para contextualizar o ensino das disciplinas que tratam da temática descrição arquivística, assim como a presença dos mesmos na produção dos docentes, se dá tendo em vista a formação dos docentes, já que alguns trazem, para o ensino, autores utilizados na sua formação.

Analisou-se, ainda, a presença dos docentes estudados como referentes teóricos tanto nos planos de ensino quanto na produção científica analisada.

Desse modo, nos planos de ensino, o docente mais citado foi Vítor Manuel Fonseca, da UFF, citado oito vezes, sendo quatro autocitações nos planos de ensino e quatro citações externas, nas seguintes instituições: UFBA, UFPB, UNIRIO e UFSC. Registra-se, ainda, o docente Welder Antônio Silva, da UFMG, que se autocita três vezes, sendo uma no plano de ensino e duas nas produções; a docente Julianne Teixeira e Silva, da UFPB, que se autocita uma vez, em sua produção científica; a docente Natália Bolfarini Tognoli, da UNESP, que se autocita cinco vezes, sendo uma no plano de ensino e quatro na produção científica; e o docente Eliezer Pires da Silva, da UNIRIO, que se autocita três vezes, sendo uma no plano de ensino e duas na produção científica.

Tais dados são especialmente significativos, pois evidenciam que os referidos docentes têm contribuído para a construção do referencial teórico e metodológico da descrição arquivística. Por outro lado, observa-se que há pouco conhecimento recíproco da produção deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a formação em Arquivologia tem passado por uma fase de intenso desenvolvimento nas últimas décadas. O aumento no oferecimento de cursos profissionalizantes em arquivos no âmbito acadêmico é uma prova disso, o que leva à necessidade de um olhar mais aguçado e crítico sobre a realidade da área.

Nesse contexto, a descrição e a classificação arquivística constituem espaços nucleares de formação do futuro arquivista, o que leva, por consequência, a uma necessidade de constante aperfeiçoamento de seus docentes. Desse modo, a presente pesquisa buscou analisar a formação e a produção científica dos docentes de descrição arquivística, no Brasil, enquanto elementos formadores de novas gerações de profissionais e de acadêmicos para a área.

Na busca por informações e dados que completassem a presente pesquisa, obteve-se o retorno de professores abertos ao estudo, já que todos os e-mails enviados com solicitação de disciplinas e planos de ensino foram todos prontamente atendidos, dando uma margem de 100% de respostas.

A realidade das instituições de ensino caracteriza-se basicamente pela sua natureza pública e fortemente ligada à Ciência da Informação. Ainda que de forma tímida, alguns já demonstram intentos de se estabelecer como uma Faculdade de Arquivologia.

O presente estudo teve como ponto de partida a indagação: até que ponto a especificidade temática da formação do docente está relacionada com sua produção científica, identificando e analisando a formação dos docentes que ministram disciplinas que tratam da temática descrição arquivística e a produção dos mesmos.

Partindo do objetivo de se identificar e analisar a formação dos docentes do curso de Arquivologia, no Brasil, especificamente aqueles que ministram as disciplinas relacionadas à temática Descrição, constata-se a predominância da graduação em Arquivologia, revelando também uma tímida formação em História, área que contribuiu com os docentes na formação dos primeiros cursos. Esse dado já sinaliza para uma nova realidade na medida em que os cursos de Arquivologia existentes no país, desde a década de 1970, já são importantes espaços de formação do docente da área.

Na formação em Mestrado, revelou-se a predominância na procura na área de Ciência da Informação/ Biblioteconomia, e na formação em doutorado, Ciência da Informação e História contam com o mesmo número de docentes formados. Porém verifica-se que há mais docentes com doutorado em andamento em Ciência da Informação. Essa formação revela-se

crecente, em consonância com as demandas dos órgãos de avaliação educacional, tais como INEP e Capes, mas ainda há um espaço a percorrer no que se refere à formação em nível de doutorado.

Na produção, observa-se que, apesar de a grande maioria desses pesquisadores estarem produzindo pesquisas ligadas ao campo da Ciência da Informação, 11% deles revelaram produção científica na área de descrição arquivística, em que ministram disciplinas. Esse é um aspecto preocupante, pois revela uma dispersão temática que prejudica a verticalização de estudos e o mútuo enriquecimento entre pesquisa e ensino.

Com o intuito de identificar as principais matrizes teóricas da produção científica desses docentes, realizou-se um estudo dos autores mais citados, no qual se chegou nomeadamente a Terry Cook, Heloísa Bellotto, Antonia Heredia, Renato Barbosa de Sousa e Michel Duchein. Isso revela, inclusive, um equilíbrio de influências teóricas, na medida em que se contemplam autores procedentes de Brasil, Espanha, Canadá e França, representativos de diferentes correntes teóricas.

Concluiu-se, com esta pesquisa, que o docente de descrição arquivística nos cursos de Arquivologia brasileiros possui predominantemente formação específica em Arquivologia, com mestrado em Ciência da Informação e voltado para a continuidade, em nível de doutorado, em Ciência da informação ou em História. Sua produção científica é ainda dispersa tematicamente, o que leva à necessidade de uma maior consonância entre a realidade docente e a realidade investigativa. No entanto, essa produção revela um equilíbrio de influências teóricas tendo em vista que a análise das produções e planos de ensino resultou em autores representativos de diferentes correntes teóricas, mais especificamente do Brasil, Espanha e Canadá e França, o que sinaliza para uma maior dialogicidade científica.

O universo docente da área vem contribuindo, ainda que de forma tímida, para a construção dos referentes teóricos em descrição arquivística, no Brasil, necessitando, no entanto, de um maior conhecimento recíproco.

Ao finalizar esta pesquisa, algumas questões, a título de continuidade e verticalização, se apresentam, como: haveria uma diversidade de referentes teóricos utilizado pelos docentes que tiveram formação em Arquivística e os que tiveram outra formação (pressupondo diversidade de matrizes teóricas)? É necessário enveredar, especificamente, nas atividades de pesquisa dos docentes estudados e sua inter-relação com a orientação acadêmica e a produção científica, de modo a identificar possíveis clusters temáticos e de orientação teórico-metodológica.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C ; MURGUIA, E. I. A descrição de documentos fotográficos através da ISAD (G) e AACR2: aproximações e diferenças. **BIBLOS**: revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação. v. 24, n. 2, 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, A. et al. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Rev. Bras. Educ.**, Dez 2005, no.30, p.162-173. ISSN 1413-2478

ANDRADE, R. S; SILVA, R. R. G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso** v. 2, n. 3, dez. 2008.

ANDRADE, R. S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.

ARAUJO, A.M; MARTINS, D.F; SILVA, L.C. A formação profissional do arquivista. In: Congresso Nacional De Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 5.º, Lisboa, 1994. Multiculturalismo. Comunicações. Arquivos, vol.2, Lisboa, **BAD**, 1994, p.385-397.

ARQUIVO NACIONAL. **Conselho Internacional de Arquivos – CIA/ICA**, 2014. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=109&sid=42>.

BARROS, T. H. B. **Construção Discursiva em Arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de Classificação e Descrição. 2010. 132f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BARROS, T.H.B **A representação arquivística**: uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos espanhol, canadense e brasileiro. 222 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

BARROS, T.H.B. A classificação funcional em Arquivística: uma análise da colaboração científica nos periódicos *Archivaria* e *American Archivist*. In: 20 Años del Capítulo Español de ISKO. **Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español** (Ferrol, 2011) Universidade da Coruña (Espanha), 2012. Pp. 157-169 – Disponível em: [http://ruc.udc.es/bitstream/2183/11625/1/CC\\_132\\_art\\_10.pdf](http://ruc.udc.es/bitstream/2183/11625/1/CC_132_art_10.pdf) - Acesso em 16 de setembro de 2014.

BELLOTTO, H. L. **Os dois primeiros congressos brasileiros de arquivologia** (1972-1974). [1980]. Disponível em: [http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/08/historico-CBA-1972\\_1974.pdf](http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/08/historico-CBA-1972_1974.pdf) - Acesso em maio de 2015.

BELLOTTO, H. L. O sentido da descrição documental. **Boletim do Centro de Memória UNICAMP**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-10, jan./jun.1989.

BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, v. 9, n. 1, p. 5-14, jan. 1990.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo/ Arquivo do Estado 2000. (Projeto como fazer)

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOMENY, H. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. Brasília: Paralelo 15, CAPES, 2001. 128 p. (Série Paralelo)

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

BRASIL. Ministério da Educação. UNESCO. **Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1136.3**: desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade. Brasília: MEC, UNESCO 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CFE no 977/65 [Internet]. Definição dos cursos de pós-graduação. Aprovado em 3 dez. 1965. **Diário Oficial da União**, Brasília: Ministério da Educação, DF. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/textosfinais/parecerCFE97765.pdf>. Acesso em: 24/09/2014.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de Julho de 1951. [Internet]. **Diário Oficial [da] União - Poder Executivo**, Brasília, DF, Seção 1, p. 10425, 1951. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24/09/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CES Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007. [Internet]. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu,

em nível de especialização. **Diário Oficial da União**, Brasília: Ministério da Educação, DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf). Acesso em: 24/09/2014.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em 13 de junho de 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e base da Educação Nacional 4.024/61. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em 10 de setembro de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema e-ME: Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**, 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=136&Itemid=832](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136&Itemid=832) – Acesso em 22 de setembro de 2013.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre)

BOTTINO, M. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivos & Administração**, Rio de Janeiro, v.15, n.23, 1994.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. **Rules for archival description**, 2008. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists. 1990. (Revised in July 2008). Disponível em: [http://www.cdncouncilarchives.ca/RAD/RAD\\_Frontmatter\\_July2008.pdf](http://www.cdncouncilarchives.ca/RAD/RAD_Frontmatter_July2008.pdf) - Acesso em Março de 2015

CALDERON, W. R. et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ci. Inf.**, Dez 2004, vol.33, no.3, p.97-104.

CALDERON, W. R. **O Arquivo e a Informação Arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. 2011. 183 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

COLOSSI, N et al. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Rev. FAE**, Curitiba, v.4, n.1, p.49-58, 2001. Disponível em:

[http://www.oficinacientifica.com.br/downloads/Textos%20PDF/2001\\_Colossi%20et%20al\\_mudancas\\_no\\_contexto\\_do\\_ensino.pdf](http://www.oficinacientifica.com.br/downloads/Textos%20PDF/2001_Colossi%20et%20al_mudancas_no_contexto_do_ensino.pdf) . Acesso 20/09/2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar\\_cpf.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar_cpf.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <<http://www.comarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isadf>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**. n. 21, v. 1, 1998. pp. 129-149.

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 2012. p. 123-148.

CORDENONSI, A. Z ; FLORES, D; FERREIRA, R. R. Análise da aplicação do software SEPIADES para um acervo fotográfico. **Informação & Informação**, v. 15, n. 1, jan./jun. 2010.

CÔRTEZ, M. R. P.A. **Arquivo público e informação**: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil. Belo Horizonte: UFMG/E.B., 1996. 130p. Dissertação. UFMG.

COUTURE, C. Taking Stock: the evolution of Archival Science in Québec. **Archivaria**, nº 59,(Spring), 2005, p. 27-39



COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

COUTURE, C; ROUSSEAU, J. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356 p.

CUNNINGHAM, A. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan/dez 2007.

CURY, C. R. J. Graduação/Pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 777-793, 2004.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de Archivistica**. 4. ed. Madrid: Fundação Germán Sanchez Ruipeles, 2001.

DANUELLO, J. C. **Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil**: uma abordagem métrica como subsídio para a análise de domínio. Marília: Unesp, 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista (Unesp).

DUCHEIN, M. O Respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DUCHEIN, M. **Los obstáculos aue se oponen al acceso de la informaclón conservada en los archivos**: Un estudio dei RAMP. Paris: UNESCO, 1983, 53.p. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000576/057672so.pdf> - Acesso em Março de 2015.

DUFF, W. M. ; HAWORTH, K. M. The reclamation of archival description: the Canadian perspective. **Archivaria**, Ottawa, n. 31, 1990, p. 26-35.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, Ottawa, n. 35, p. 47-54. 1993.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1976>>. Acesso em: 20 de dez. 2013.

ESTEVIÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M.. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun.2010.

FONSECA, M. O. K. Formação e capacitação profissional e a produção e a produção do conhecimento arquivístico. In: **Mesa redonda nacional de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999b. (Caderno de Textos)

FONSECA, M. O. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun, 1998.

FONSECA, M. O. O ensino da arquivologia e a literatura arquivística. In: JARDIM, J. M ; FONSECA, M. O. (Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Eduff, 1999.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re) definição de marcos interdisciplinares**. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, V. M. M. da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. In: **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, 1999, Rio de Janeiro. Caderno de textos. Rio de Janeiro: CONARQ, 1999.

FONSECA, V. M. M. da. The ICA description standards: the history of tis creation and efforts to disseminate them. **Comma: International Journal on Archives**, v. 2011.n.2, p. 49-58, 2013.

GARCIA, O. M. C ; JUNIOR, V. F. S. A aplicação da arquivística integrada, considerando os descobrimentos do processo a partir da classificação. **Informação & Informação**, v. 7, n. 1, 2002.

GADOURY, L; NAHUET, R. Towards an understanding of the archival discipline in Québec. **Archivaria**, nº 59, spring, 2005, p. 03-13.

GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: COUTURE, C; ROSSEAU, J-Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.

GALENDE DÍAZ, J. C ; GARCIA RUIPÉREZ, M. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y Documentación**. Madrid, v. 13, n. 2, p. 07-35, 2003.

GENERELO, J. J; MORENO LÓPEZ, Á. (Coord.), **Historia de los Archivos y de la Archivística en España**. Valladolid, Universidad de Valladolid, 1998.

GRANGE, D. O valor da diversidade: uma introdução às associações profissionais no mundo. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, nº 2, p. 118-134, jul./dez. 2014: Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/702/615>>.

GUIMARÃES, J. A. C.; DANUELLO, J. C.; MENEZES, P. J. Ensino de tratamento temático da informação (T.T.I.) nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise de capacitação e produção científica docente com vistas ao delineamento de políticas integradas para área. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 5. 2003. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

GUIMARÃES, J. A. C.; DANUELLO, J. C.; MENEZES, P. J. Formação para a atuação profissional em organização de conteúdos informacionais: uma análise das bases teórico-pedagógicas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. In: VALENTIM, M. L. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 167-187.

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ci. Inf. [online]**. 1998, vol.27, n.3, pp. 00-00

HÉON, G. The Archives Nationales du Québec: memory of a nation. **Archivaria**, nº 59, spring, 2005, p. 69-81.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general teoría e practica**. 5.ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1995.

HEREDIA HERRERA, A. **Lenguaje y vocabulario archivísticos**: algo más que un diccionario. Sevilla, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2011.

HEREDIA HERRERA, A. La CNEDA: un nuevo modelo conceptual de descripción archivística. **Revista Andaluza**. Nº 3 (junio 2010).

JARDIM, J. M. A universidade e o ensino da arquivologia no Brasil. In: **X Congresso Brasileiro de Arquivologia**, São Paulo, 1992 (Primeira Sessão Plenária).

JARDIM, J.M.; FONSECA, M.O. 1992. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, n.2, p.29-45, 1992.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M.O (org.). **A formação do arquivista no Brasil: Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Niterói: EDUFF, 1999.

JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a, p. 135-154.

JESUS, H. S. P. de. **Os Arquivos e Descrição Arquivística: evolução e normalização**. Relatório de Estágio realizado no Centro de Documentação/ Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2011.

KICH, T. J. F; KONRAD, G. V. R. Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v. 16, n. 4, 2011

LLANES PADRÓN, D. L. **La representación normalizada de los documentos: estudio comparado de normas de descripción archivística**. 2011. 801 f. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) - Facultad de Traducción y Documentación, Universidad de Salamanca. Salamanca, Espanha, 2011.

LEÃO, F. C. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 81 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEÃO, F. C. A Normalização da Descrição Arquivística ISAD(G) e os arquivos permanentes. In: III ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS O Acesso aos Arquivos e as Tecnologias de Informação. **Anais...**Rio de Janeiro: AAB, 2009. p.58 – 70. Disponível em:  
[http://www.aab.org.br/encontro/images/stories/anais\\_iii\\_encontro\\_arquivologia\\_aab.pdf](http://www.aab.org.br/encontro/images/stories/anais_iii_encontro_arquivologia_aab.pdf) - Acesso em: 16 de Março de 2015.

LOPEZ, A. P. A. O ser e o estar arquivista no Brasil de hoje. In: **XV Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 2008, Goiânia. Congresso Brasileiro de Arquivologia.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto Como Fazer, 6).

LOPES, L. C. **A imagem e a sombra da arquivística**. 1.ed. Rio de Janeiro: Aperj, 1998

MACHADO, H. C, CAMARGO, A. M. de A. **Como implantar arquivos públicos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 1999. (Como fazer, 3) [2a. edição: 2000]

MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MARQUES, A. A. C; RODRIGUES, G. M. Os cursos de arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico. In: **XV Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 2008, Goiânia. Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2008.

MARQUES, A. A. C. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, A. A. C. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARTELETO, R. M.; TOMAÉL, M. I. A Metodologia de Análise de Redes Sociais. In: VALENTIM, M. P. (org). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspect. ciênc. inf. [online]**. 2009, vol.14, n.spe, pp. 19-40.

MARTÍN FUERTES, J. A. La evolución de la Archivística con disciplina en España (1975-2000). En. **Cuadernos de Documentación Multimedia**, N ° 10, Madrid, 2000. p. 697-707. Disponível em:  
<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/jamfuertes.pdf> - Acesso em abril de 2015.

MELO, P. A.; LUZ, R. J. P. **A formação docente no Brasil**. Florianópolis: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e o Caribe, 2005.

MENDO CARMONA, C. Los archivos y la Archivística: evolución histórica y Actualidad. In: RUIZ RODRÍGUEZ, A. A. (ed.) **Manual de Archivística**. Madrid: Síntesis, 1995, pp. 19-35.

MENDO CARMONA, C. M. Consideraciones sobre el método arquivístico. **Documenta & Instrumenta**, v.1, p.24-35, 2004.

MENEZES, E. T ; SANTOS, T.H. dos. *Graduação* (verbete). In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=146> – Acesso em 22 de set de 2014.

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the Total Archives concept in English Canada. **Archivaria**, nº 46, (Spring), 1998, p. 103-146.

MIRANDA, M. L. C. de. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas . **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação** v. 5, n. 2, jul./dez. 1999

MIRANDA NETTO, A. G. de. O arquivo e o computador. In: **Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 1: 1972. Rio de Janeiro, RJ. Anais... Brasília: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979a. p.293-313.

MONTEIRO, N. de G. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. **Revista Acervo/Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 79-89, jul/dez. 1988.

MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. **Handleiding voor het ordenen en beschrijven van de vereniging van archivarissen**. Haarlem, 1898. (Trad.brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: Manual de arranjo e descrição de arquivos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

NASEIRO RAMUDO, A. **Evolución histórica de la descripción archivística en España en la época contemporánea**: análisis de la transformación de los instrumentos de control y descripción : del catálogo manuscrito a los gestores web de objetos digitales culturales. 2012. 648f. Tese. (Doutorado) - Universidade da Coruña. Departamento de Humanidades, El Ferrol. 2012.

NUNES, B. F. Políticas e Estratégias de capacitação do corpo docente. **Estudos e Debates**, n. 20, p. 145-187, mar. 1999.

NÚÑEZ CONTRERAS, L. Concepto de documentos. In: **Archivística: estudios básicos**. Sevilla : Diputación Provincial de Sevilla, 1981, p.25-44.

ORTEGA, C. ; LARA, M. L. G. A Noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v.11, n.2, abr. 2010.

PAIXÃO, R. A.G. **Para a normalização da descrição arquivística: proposta de um modelo de referência.** 2012 – 132f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras em Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa, 2012.

PENTEADO, P. A gestão de documentos na arquivística canadiana: o modelo do Quebeque. **Páginas A & B Arquivos e Bibliotecas.** n.º1, 1997, pp. 73-93.

POBLACION, D. A.; WITTER, G. P; SILVA, J. F. M. (Org.). **Comunicação e produção científica:** contexto, indicadores, avaliação. São Paulo: Angellara, 2006.

REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información,** año/vol. 7, n. 24, abr./jun. 2006.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento,** João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Belo Horizonte. **Perspectivas em Ciência da Informação,** v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em Arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES; G.M.; LOPES, I.L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

RODRIGUES, A. C.. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação.** v. 4, n. 1, 2011.

RUIZ RODRIGUEZ, A. A. (Ed.) **Manual de Archivística.** Madrid: Síntesis, 1995

RUNA, L. A descrição arquivística. In: CRUZ MUNDET, J. R. **Administración de documentos y archivos:** textos fundamentales. Madrid, Coordinadora de Asociaciones de Archiveros y Gestores de Documentos (CAA), 2011.

SANTAMARÍA, A. **Report on the work of CNEDA (2007-2012):** toward a conceptual model for archival description in Spain. 2012. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística, Sevilla, 2012. Disponível em: [http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/CNEDA/ReportCNEDA\\_11\\_07\\_2012.pdf](http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/CNEDA/ReportCNEDA_11_07_2012.pdf). Acesso em abril de 2015.

SANTAMARÍA GALLO, A. **Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones:** Documento de la CNEDA (18-06-2012), Sevilla: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2012. Disponível:

cultura/archivos/mc/cneda/documentos/NEDA\_MCDA\_P1\_P2\_20120618/NEDA\_MCDA\_P1\_P2\_20120618.pdf - Acesso em abril de 2015.

STALLIVIERI, L. O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. In: **Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para assuntos internacionais**. Caxias do Sul, 2006. Disponível em: [http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/sistema_ensino_superior.pdf) - Acesso em 20 de setembro de 2014.

SILVA, J.A.S. **A norma Internacional de Descrição Arquivística**: estágio de discussão no Brasil. Archivo Nacional de Costa Rica, 1999. Disponível em: <http://www.archivonacional.go.cr/memorias/1999/01.pdf> - Acesso em novembro de 2014.

SILVA, A. B. M. da. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In: **Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica**, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a\\_gesto\\_da\\_informao\\_arquivistica.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivistica.pdf). Acesso em março de 2015.

SILVA, A. B. M. et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 133.

SMIT, J. W. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. **Ciência da Informação (Impresso)**, v. 41, p. 11-23, 2013.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHMIDT, C. M. dos S. O clássico e o pós-moderno: algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 42-59, jan./jun., 2014.

SOUSA, K.I.M. **Análisis y evolución del panorama laboral de archivero en Brasil**: el poder legislativo federal en escena. 2010, Tese. Madrid: Univ. Carlos III de Madrid, Departamento Biblioteconomía y Documentación. Madrid: 2010.



SOUSA, A. P. de M.; RODRIGUES, A. S.; OLIVEIRA, A. A. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Arquivística.net**, v. 2, n. 2, ago./dez. 2006.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M; LOPES, I. L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

SOUSA, R. T. B. Os desafios da formação do arquivista no Brasil. **Arquivo e Administração**, v. 9, p. 22-30, 2009.

SOUSA, R. T. B ; OLIVEIRA, F. H . O ensino universitário de Arquivologia no Brasil: um estudo sobre as propostas pedagógicas e estruturas curriculares dos cursos de graduação. **Arquivo e Administração**, v. 13, p. 108, 2014.

SOUZA, C. L. Princípios arquivísticos na literatura internacional e nacional: mapeamento do princípio da proveniência. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 2012.

TANUS, G. F. de S.C; ARAÚJO, C. A. A. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 37, 2013.

TESSITORE V. Fundamento da Arquivística. In: **Curso de Especialização e Organização de Arquivos**, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002. XVI Curso de Especialização.

TOGNOLI, N. B. ; GUIMARÃES, J. A. C. Ciencia de la Información y Archivística: un dialogo a partir del concepto de información registrada. In: GARCIA MARCO, F. J. (Org.). **Revista de Sistemas de Información y Documentación**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2010, p. 131-136.

TOGNOLI, N. B ; GUIMARÃES, J. A. C. Arquivística pós-moderna, diplomática arquivística e arquivística integrada: novas abordagens para a construção de uma disciplina contemporânea. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2010, Rio de Janeiro.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, N.B. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, vol. 5, n. 2, 2012.

TOGNOLI, N.B ; REGO, L. M. ; SILVA, A. P. ; SILVA, G. S. . A descrição arquivística como representação do conhecimento: desafios e perspectivas. In: **Globalização, Ciência, Informação**. VI Encontro Ibérico EDICIC, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CETAC. Media, 2013, p. 127-138.

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, R. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ciência da Informação**, v.38, n.2, Maio/Ago. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652009000200006>.

VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.11, n.3/4, p. 177 – 198, jul./dez., 1978.

VALENTE, G. S. C.; VIANA, L. O. O ensino de nível superior no Brasil e as competências docentes: um olhar reflexivo sobre esta prática. **Práxis Educacional**, v.6, n.9, 2010.p. 209-226.

VALLE GASTAMINZA, F. D. **Documento**: concepto y tipología. Madri: Universidad Complutense de Madrid, 1999. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/multidoc/prof/valle/tema3.htm>. Acesso em: 6 de novembro de 2002.

VIVAS MORENO, A. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ci. Inf. [online]**. 2004, vol.33, n.3, pp. 76-96. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652004000300010> - Acesso em Março de 2015.

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**. v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

ZAZO, J. L. B. La normalización: base del análisis documental en los archivos. **Scire**. n. 6, 2000, p. 55-75

## **APÊNDICES**

## APENDICE A - REFERENCIAS DOS DOCENTES QUE APRESENTARAM PUBLICAÇÕES COM TEMATICA EM DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA.

FONSECA, V. M. M. da. Tendências da normalização nas práticas de descrição arquivística. In: Freitas, Lidia Silva de; Marcondes, Carlos Henrique; Rodrigues, Ana Célia. (Org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010, v. , p. -.

FONSECA, V. M. M. da. A gestão do acesso e representação da informação na revisão teóricometodológica da Arquivologia. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 5, p. 125-132, 2011.

GUEGUEN, G. ; FONSECA, V. M. M. da.; PITTI, D. V. ; GRIMOUARD, C. S. . Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **Acervo**, v. 26, p. 100-116, 2013.

GUEGUEN, G. ; FONSECA, V. M. M. da.; PITTI, D. V. ; GRIMOUARD, C. S. . Toward an international conceptual model for archival description: a preliminary report from the International Council on Archives' Experts Group on Archival Description. **American Archivist**, v. 76, p. 567-584, 2013.

GUEGUEN, G. ; FONSECA, V. M. M. da. ; PITTI, D. V. ; GRIMOUARD, C. S. . Hacia un Modelo Conceptual Internacional de Descripción Archivística: Un informe preliminar del Grupo de Expertos en Descripción Archivística del Consejo Internacional de Archivos. **Métodos de Información**, v. 4, p. 155-172, 2013.

NASCIMENTO, A. O. Experiências de arranjo e descrição em acervos de Instituições Federais de Ensino Superior. In: Lucia Maria Velloso de Oliveira; Isabel Cristina Borges de Oliveira. (Org.). **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. 1ed. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, v. , p. 194-201.

NEVES, D. A. de B ; BARREIRA, M. I. J. S.; SILVA, J. T.; BRITO, R. Z. L ; SOUZA, R. M. Representação da informação em arquivística. Busca por uma consolidação terminológica. In: **I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congresso ISKO Espanha**, 2013, Porto. I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congresso ISKO Espanha; Atas- Informação e conhecimento: as duas faces de JANO. Porto, 2013. p. 824-833.

ORRICO, E. G. D. ; SILVA, E. P. Representação do conhecimento arquivístico e a rede de seus pesquisadores no Brasil. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves, DOBEDEI, V. (Org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. 1ed. Marília: ISKO-Brasil : FUNDEPE, 2012, v. 1, p. 49-53.

RODRIGUES, C. P.; FLORES, D.; LAMPERT, S. R. Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima. In: **III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**, 2013, Salvador. Anais do III REPARQ, 2013.

SILVA, E. P.; ORRICO, E. G. D. A normalização da descrição arquivística e a organização do conhecimento. In: I Congresso ISKO Espanha e Portugal, 2013, Porto. **Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. v. 1. p. 1076- 1085.

SILVA, A. P. ; REGO, L. M. ; GUIMARÃES, J.A.C ; TOGNOLI, N. B. A PRESENÇA DAS TEMÁTICAS CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA: uma análise de citação a partir dos periódicos *Arquivo&Administração e Archival Science (2001-2012)*. In: 4º EBBC - Encontro Brasileiro de Bibliometria e cientometria., 2014, Recife. **Indicadores para o planejamento e avaliação da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014. p. 01-07.

TOGNOLI, N. B. ; GUIMARÃES, J.A.C . Challenges of knowledge representation in contemporary archival science. In: A. Neelameghan; K.S. Raghavan. (Org). **Categories, contexts and relations in knowledge organization**. 1ed.Würzburg: Ergon Verlag, 2012, v. 1, p. 267-276.

TOGNOLI, N. B. A representação na Arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, p. 79-92, 2012.

TOGNOLI, N. B. Desafios da representação na Arquivística contemporânea. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2012, Rio Janeiro. **A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2012.

TOGNOLI, N. B.; REGO, L. M. ; SILVA, A. P. ; SILVA, G. S. . A descrição arquivística como representação do conhecimento: desafios e perspectivas. **Globalização, Ciência, Informação**. 1ed.Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CETAC. Media, 2013, v. , p. 127-138.

## APENDICE B - REFERENCIAS DOS AUTORES CITADOS NOS PLANOS DE ENSINO

ABREU, A. S. **Linguística cognitiva**. Uma visão geral e aplicada. Cotia, S.P.: Ateliê Editorial, 2010.

ALBERTCH FUGERAS, R. **Los Archivos entre la memória histórica y la sociedad del Conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

ALBERTCH FUGERAS, R. ; CRUZ MUNDET, J. R. **Archívese**: los documentos Del poser de los documentos. Madrid: Alianza, 1999.

ANDRADE, R. S. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. In: SILVA, R. R. G. da; FREIXO, A. L.; TERSO, I. C.; ANDRADE, R. S.. (Org.). **Cultura, representação e informação digitais**. 1. ed. Salvador: Editora da UFBA, 2010, v. 1, p. 163-184.

ANDRADE, R.S.; SILVA, R. R.G. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 3, p.14-29, 2008.

ANDRADE, R.S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade), a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto Arcuives Hub. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 70-100, 2007.

BELLOTO, H. L. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor. 1991.

BELLOTO, H. L. ; CAMARGO, M. de A. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

BELLOTO, H.L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BELLOTO, H.L. **Arquivos**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTO, H.L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006

BELLOTO, H.L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BUSHEY, J. **International Council on Archives (ICA) “Access to Memory” (AtoM)**: Open-source software for archival description. [s. i.]: [s. n.], 2011.. Disponível em: [https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM\\_JBushey.pdf](https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2013.

CAMARGO, M. de A. Contribuições para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.11, nº21, p.169-174, 1998.

CAMARGO, M. de A. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, C. M., TELES, E; TELES, J. A. (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: HUCITEC, 2009, p.424-443.

CAMARGO, M. de A ; GOULART, S. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007, p. 53-73.

CAMPELLO, B. S. et al. (Org.). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

CAMPOS, M. L. A. Perspectivas para o estudo da área de representação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n.2, p. 224-227, 1996.

CAMPOS, M. L. A. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2006.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói; RJ: EdUFF 2001.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.

CARPES, F. S ; FLORES, D. Instrumento de descrição arquivística em meio eletrônico: definição do quadro de padrões, normas e metadados. **Perspectivas em Ciência da Informação** (Impresso), v. 19, p. 67-80, 2014.

CASSARES, N. C; MOI, C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CASTANHO, D. M. et al. **Uma política de arranjo para a Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 2001.

CHAUMIER, J. **Indexação: conceito, etapas, instrumentos**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, 1988.

CINTRA: A.M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2 ed. ver. e ampl.: São Paulo: Polis, 2002.

COOK, M. Desenvolvimento na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 124-132, jan.-dez. 2007.

COUTURE, C; ROUSSEAU, J-Y. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

COX, M. Por que precisamos de normas. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, 2007.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de arquivística**. Madrid: Pirâmide -Fundação Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

CUNHA, M. B de; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNNINGHAM, A. O poder da proveniência na Descrição Arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, 2007.

CUTTER, C. A. **Cutter-Sanborn Three-Figure Author Table**. Disponível em: <http://www.davignon.qc.ca/cutter1.html>

DUCHEIN, M. El respeto de los Fondos en Archivística. Principios teóricos y problemas prácticos. **Revista del Archivo General de la Nación**: Buenos Aires, 5:7-31, 1976.

DUCHEIN, M. **Los obstáculos que se oponen al acceso a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos**: un estudio del RAMP. Paris : UNESCO, 1983.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia G. Leite. **Arquivo & administração**. Rio de Janeiro, v.10-14, nº1, p.14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DUCHEIN, M. **O Respeito aos Fundos em Arquivística**: princípios teóricos e problemas práticos, Editora Arquivo, 1997.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n. 35 (spring), p. 47-54, 1993.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Trad. Adelina Novaes e Cruz. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.7, nº13, p.49-64, jan./jun. 1994. e elaboração de dissertação. 4. ed. revisada e atualizada. Universidade.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo**. Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Unesco: 2002. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda%20do%20patrim%C3%B4nio%20documental.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

FARIA, L. M. F. de. **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. São Paulo: Autores Associados, 2000. (Coleção Memória da Educação). Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2005.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2013.



FLORES, D. **Requisitos para um sistema de Gestão Arquivística de Documentos: a confiabilidade e a autenticidade como garantias para a tomada de decisões, de fonte de prova, de direitos e de testemunho de uma ação.** eDOC Porto Alegre, 01 e 02 de Outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.edocconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2013/10/DANIEL>>

FONSECA, V.M.M.; GOUGET, A.G. **Documentos do período colonial: considerações para tratamento técnico.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

FONSECA, V.M.M. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. Disponível em: [www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/conferências%20mesa%20redonda/vito](http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/conferências%20mesa%20redonda/vito) - Acesso em 13/02/2006.

FONTANA, F. F. ; FLORES, D. ; NORA, F. D. ; SANTOS, H. M. . Archivemática como ferramenta para acesso e preservação digital à longo prazo. **Agora** (Florianópolis), v. 24, p. 62-82,

FOX, M. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan.-dez. 2007.

FUJITA, M. S. L ; RUBI, M. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p.66-77, jan./jun. 2003

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, 2003.

GALINDO, M. **Tragédia da memória.** Massangana, Recife, v. 2, n. 1, p. 57-62, 2005.

GARCÍA MARCO, F.J. Fundamentos de organización y representación documental: aportaciones de la archivística. **Revista General de Información y Documentación**, vol 5, n. 02, p. 91-147, 1995.

GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoría e história de la catalogación de documentos.** Madrid: Síntesis, 1996.

GIL LEIVA, I. **Manual de indización: teoría y práctica.** Gijón: Trea, 2008.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo: AESP; AAB-SP, 1998. (Projeto como fazer, 2).

GONÇALVES, J. O papel chave da identificação tipológica nas atividades arquivísticas. (In): **Boletim do Arquivo**, v.4, n.2, jul/dez. 2002.

GRACY II, D. B. **Archives** - Editors Society of American Archivists.

GUEGUEN, G., FONSECA, V., PITTI, D., GRIMOÛARD, C.. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **Revista Acervo**, Local de publicação (editar no plugin

de tradução o arquivo da citação ABNT), 26, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/658>>. Acesso em: 17 Jan. 2014.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.) **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

HAGEN, A.M.M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, p. 293-299, 1998.

HEREDIA HERRERA, A. **Descripción y normalización**. Sevilla, 1992

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística General**: teoría e práctica. Sevilla, 1991.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla : Disputación de Sevilla, 1995.

HEREDIA HERRERA, A. **El principio de procedencia y otros principios de la archivística**. São Paulo: ARQ-SP, 2003. (Scripta, 5).

JAEGGER, M. de F. P. ; LYRA, M. H. C. P. de. **Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

JARDIM, J. M.. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p.209-221, maio/ago.1995.

JENKINSON, H. **Selected writings of sir Hilary Jenkinson**. Gloucester: Alan Sutton,1980.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making**. Oxford: The Clarendon Press,1922.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Tradução A.A.B.de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 452p.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2ª ed. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992.

LEÃO. F. C. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização da descrição arquivística e a ISAD (G)**. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2006. 81 p.

LONDOLINI, E. **Archivística**: problemas y principios – Madrid, Editora La Muralla, 1993.

LOPEZ, A.P.A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

- LOPEZ, A.P.A. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**. Niteroi: UFF, n. 15, Acervos literários, p.69-82, 2º sem. 2003.
- LOPEZ, A.P.A. História e arquivo: interfaces. In: MORELLI, Ailton José (org). **Introdução ao estudo da História**. Maringá: EDUEM, 2005; p.21-34. (Formação de Professores EAD, 27).
- LOPES, C.B. **Descrição Arquivística- diferenças e divergências terminológicas sobre os instrumentos de pesquisa**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- LOPES, I.L ( Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.
- LOPES, L. C. A informação e os arquivos: teorias e práticas. Niterói, EDUFF: São Carlos, EDUSFSCAR, 1996.
- MACHADO, Helena Correa, Ana Maria de Almeida, CAMARGO. **Como implantar arquivos públicos municipais**. Sao Paulo : Arquivos do Estado, Imprensa Oficial, 1999.(Projeto como fazer ; v.3)
- MAGNANI, J. G. C. Pensar grande o patrimônio cultural. (Comunicação). **Lua Nova (Periódico eletrônico)**, São Paulo, vol.3, n.2 Dec. 1986. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451986000300011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451986000300011&script=sci_arttext)>. - Acesso em: 26 nov. 2013
- MARINHO JÚNIOR, I. B; SILVA, J. G. e. Arquivos e informação: uma parceria promissora. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.33-44, jun./jul, 1998.
- MARTINEZ GARCÍA, L. **Los Principios De La Descripción Archivística**, 1999. Disponível em [dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/51134.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/51134.pdf)
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedência*. **Boletín Oficial del Estado**, Madrid: Universidad Carlos III, 1996. (Cursos, 5).
- MENEZES, U. T. B. A Crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: DPH, 1992.
- MEY, E. S. A ; SILVEIRA, N. C. Sobre a catalogação e catálogos In. MEY, E. S. A **Catalogação no plural**. Brasília: Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2009.
- MILLER, F. M. **Ordenación y Descripción de Archivos y Manuscritos**. Washington Organización de Estados Americanos – OEA , 1994.
- MOREIRA, R. da L; CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTORIA CONTEMPORANEA DO BRASIL. **Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: ainda uma estratégia a ser definida?**. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1990. 81f.

MORENO, F. P ; ARELLANO, M. Á. M. Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da informação**. Campinas, v.3, n 1, p. 20-38, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/search.php>

MURGUIA, E. I. (Org.). **Memória**: Um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NAVES, M. M. Lopes. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.5, n.2, p.189-203, jul./dez., 2001.

OLIVEIRA, L.M.V. de. A descrição arquivística: uma função de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012, p. 41-70.

OLIVEIRA, L.M.V. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

PAES, M. L. Atividade de descrição e publicação. In: \_\_\_\_\_. **Arquivo**: teoria e prática. 3.ed. Rio de Janeiro : FGV, 2002. p.: 126-141.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PAIXÃO, R.A.G. **Para a normalização da descrição arquivística**: proposta de um modelo de referência. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2012.

PEREZ, C. A. M. et al. **A construção de instrumentos de pesquisa para a documentação do SPI e a busca de novas formas de acesso e diálogo**. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/geri/Textos/Sheila.htm> Acesso em: 19 ago.07.

PICONI, A. C; MARTINS, N. do R. Projeto de Repositório confiável de documentos arquivísticos digitais do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas SIARQ/UNICAMP. Arquivo Central do Sistema de Arquivos/UNICAMP. In: **Fórum Permanente de Ciência e Tecnologia**: “Repositórios Confiáveis de Documentos Arquivísticos Digitais” 09/08/2011. Disponível em: [http://foruns.bc.unicamp.br/Arquivos%20Biblioteca%20Virtual/Palestras/11-08/Apresentacao\\_Projeto\\_Repositorio\\_Unicamp\\_final.pdf](http://foruns.bc.unicamp.br/Arquivos%20Biblioteca%20Virtual/Palestras/11-08/Apresentacao_Projeto_Repositorio_Unicamp_final.pdf). Acesso em: 27 nov. 2013.

PINTO, V. B. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.6, n.2, p. 223-234, jul./dez. 2001.

POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 273-284, jul./dez. 2013.

RIBEIRO, A. M. de C. **Memória**. AACR2 – Anglo-american cataloguing rules: descrição e pontos de acesso. 2. ed., Brasília: CEDIT, 2000.

RIBEIRO, A. M. de C. **Memória**. Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2r em MARC21. 2009. CD ROM.

RIBEIRO, F. **Indexação e controle de autoridade em arquivos**. Porto: Câmara Municipal, Departamento de Arquivos, 1996. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721>. Acesso em: 04 out. 2012.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: Georgete Medleg Rodrigues; Ilza Leite Lopes. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

RODRIGUÉZ, A. A. R. **Manual de arquivística**. Madrid: Síntesis, 1995.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, P. R. E. dos ; SILVA, M. C. S. de Mello (orgs.). **História, Preservação e Memória da Ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: ARQ-SP, 2005.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**. Rio de Janeiro : FGV, 1973.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 2 ed. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SCHELLENBERG, T.R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963

SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1980. 396p.

SCHELLENBERG, T.R. European practices in arranging records. **National archives staff information circular**, n.5, 1939.

SCHELLENBERG, T.R. **Modern Archives: principles & techniques**. Chicago: Society of American Archivists, 2003

SILVA, A.M; Ribeiro, F ; REAL, M, L; RAMOS, J. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Edições Afrontamento: Porto. 1999.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa. SILVA, M. B. et al. A representação temática de documentos de arquivo: o caso da indexação documental realizada por alunos da UFPB InCID, **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 124-141, jul./dez. 2012

SILVA, Z. L. da. **Arquivos patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1999.

SMIT, J.; KOBASHI, N. **Como elaborar vocabulário controlado para arquivos**. Imprensa Oficial: São Paulo, 2003.

SMIT, J.W; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Projeto como fazer, 10)

SOARES, M. V. et al. **Arranjo e descrição: uma experiência de trabalho**. Acervo, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.29-37, jan./jun. 1987.

SOUSA, R. T. B. **As bases do processo classificatório em arquivística**. São Paulo, AASP. 2002 .

SOUSA, R. T. B. **As bases do processo classificatório em arquivística: um debate metodológico**. São Paulo: ARQ-SP, 2003. (Scripta, 2).

SOUSA, R. T. B. **Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito**. USP. Tese Doutorado. 2004.

SOUSA, R. T. B. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal: SENAC, 2008, p. 79-172. [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)

SOUSA, R. T. B. O Código de Classificação de Documentos de Arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. **Arquivo Rio Claro**. Arquivo do Município de Rio Claro, v.2, p.26-69, 2004.

SOUSA, R. T. B.; SANTOS, V. B.; INNARELLI, H.C. **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília: SENAC, 2007.

SOUZA, A. P. de M ; RODRIGUES, A.S; RODRIGUES, A. S; OLIVEIRA, A. A. de. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico **Arquivística.net** ([www.arquivistica.net](http://www.arquivistica.net)). Rio de Janeiro, v.2, p. 38-51, ago/dez 2006.

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & administração**, v.5, n.1, jan./jun. 2006.

TOGNOLI, N.B. A representação na Arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, p. 79-92, 2012.